



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (ATUNS E AFINS)

ATA DA 5^a REUNIÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

FORTALEZA/ CE, 03 e 04 de dezembro de 2024

1. ABERTURA

A 5^a Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu nos dias 03 e 04 de dezembro de 2024, de forma mista, presencial e remota por videoconferência.

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, cumprimentou a todos os presentes e solicitou a gentileza de aguardar alguns minutos para a entrada de todos os membros. Em seguida, informou aos membros, convidados e ouvintes as boas práticas para a realização da reunião na modalidade mista.

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, enfatizou a importância do respeito ao tempo de fala de cada participante. Para facilitar a interação, foi solicitado que os representantes das instituições e os convidados que acompanhavam remotamente utilizassem a função "levantar a mão" no aplicativo Microsoft Teams para solicitar a palavra, enquanto os membros e convidados presenciais levantassem a mão.

Além disso, foi orientado que os participantes virtuais assinassem a lista de presença disponível no chat do aplicativo, enquanto os participantes presenciais deveriam assinar a lista de presença disponibilizada no local. O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, também solicitou que todos mantivessem os microfones desligados fora do seu momento de fala e que as câmeras fossem mantidas ligadas.

Em prosseguimento, o Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, iniciou a apresentação dos membros, seguindo a ordem da Portaria SAP/MAPA nº 83, de 1 de junho de 2023, de designação dos membros do CPG Atuns e Afins, e dos convidados pelas instituições.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 5^a Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, realizada de forma remota por videoconferência:

- Secretaria-executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Mariana Lobato (Secretária Adjunta)

Senhora Ítala Gabriela Sobral (Apoio Técnico)

Senhor Rivetla Édipo (Coordenação CPG)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhor Rivetla Édipo (Secretaria Executiva)

Senhor Jocemar Mendonça (SNPA)

Senhor Alex Souza Lira (SERMOP)

Senhora Thamires Bride Ventura (SNPI)

Senhor Dian Barreto (SNPI)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Senhor Roberto Ribas Gallucci (Suplente)

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Suplente)

Senhor Benício Ribeiro Franco Neto

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

Senhor Iran Cardoso Júnior (Titular)

Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (EMA/MB)

Senhor Eduardo Barros Fagundes Netto (Titular)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhor João Luiz (Suplente)

Senhora Mônica Brick Peres

Senhora Angela Zaccaron da Silva (Ouvinte)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA/CE)

Senhor Luiz Vieira de França Neto (Suplente)

Senhor Josué Bezerra de Freitas Neto

- Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG/ES)

Senhor Antônio Carlos

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA):

Senhora Laís Belsito Pestana (Suplente)

- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)

Senhor Jairo Romeu Ferracioli (Titular)

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA/BR)

Senhor Giovani Genazio Monteiro

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Titular)

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Senhor Giovani Monteiro

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Elizeu Augusto de Brito (Titular)

- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Luana Mallmann Specht (Titular)

Senhor Fernando Pinto das Neves (Ouvinte)

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)

Senhor Jorge Machado da Silva (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Fauze Hazin (Titular)

Outras instituições

Senhor Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins - Convidado)

Senhor Miquéias Portela Carvalho (APAI PESCA - Convidado)

Senhor Mauricio Roberto Conceição (Camil Alimentos – Convidado)

Senhora Luana Sêga (Global Fishing Watch - Convidado)

Senhor Gilberto de Jesus de Oliveira (PPGBM IEAPM/UFF - Ouvinte)

Antônio Carlos Pereira Correa

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico
MSE	Avaliação de Estratégia de Gestão
W-SKJ	Skipjack Tuna
SCRS	Standing Committee Research and Statistics
CPC	Cooperating Non-Contracting Party/ Contracting Party
GTC	Grupo Técnico-Científico
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SISCOMEX	Sistema Integrado de Comércio Exterior
PROPREX	Programa Nacional de Regularização das Embarcações Pesqueiras
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPA	Ministério Da Pesca e Aquicultura
S	Região Sul



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

SE	Região Sudeste
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REAP	Relatório de Exercícios da Atividade Pesqueira
REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SNPI	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
NDF	<i>Non-Detriment Finding</i>

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS

3.1. APROVAÇÃO DA AGENDA

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, apresentou a agenda da 5^a Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.

3.2. APROVAÇÃO DA ATA DA 4^a REUNIÃO ORDINÁRIA E 4^a E 5^a REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DO CPG ATUNS E AFINS

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, solicitou a aprovação das atas da 4^a Reunião Ordinária, 4^a Reunião Extraordinária e 5^a Reunião Extraordinária. Informou que as contribuições realizadas nos documentos foram feitas de forma anônima, o que impossibilitou a identificação dos autores, embora acreditasse que tenham sido realizadas pela ABIPESCA, SEAG-ES e SINDIPI. Agradeceu pelas contribuições recebidas e ressaltou a importância da identificação dos autores nas atas. Como não houve oposição, as atas foram aprovadas.

3.3. DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES DO CPG ATUNS E AFINS (informação)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, apresentou a devolutiva das recomendações do CPG Atuns e Afins realizadas desde a 1ª Reunião Ordinária. Também destacou o Panorama dos Comitês Permanentes de Gestão da Pesca, disponível no site do Ministério da Pesca e Aquicultura, que permite o acompanhamento do andamento das recomendações dos CPGs. Informou que, desde a primeira reunião, foram feitas 50 recomendações, das quais 54% permanecem não atendidas, e ressaltou a necessidade de reavaliar algumas recomendações construídas em consenso em plenário, mas que dificilmente serão alcançadas.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) atualizou sobre a recomendação atribuída ao ICMBio de elaborar um protocolo para monitoramento eletrônico por câmeras. Informou que o documento não foi levado a reunião, pois o primeiro rascunho ainda está em discussão. Levantou a dúvida se o protocolo deveria ser exclusivamente do ICMBio ou em parceria com o Ministério da Pesca. Sugeriu tratar o tema em conjunto na próxima reunião, justificando que a agenda atual estava sobrecarregada e não permitiria tempo para a discussão. E em decorrência disso sugeriu alterar o status da recomendação para “em andamento”.

Senhor Bell Neves (PESCABR) destacou a importância de avançar com as recomendações para fornecer uma resposta ao setor pesqueiro, considerando o caráter legítimo do pleito e a urgência devido ao tempo já decorrido. Mencionou que, após a última reunião da ICCAT, houve um aumento na cota, o que proporciona margem para que a modalidade não ultrapasse o limite neste ano.

Senhor Luiz Oliveira de França Neto (SPA-CE) relatou que armadores e empresários estão enfrentando grandes dificuldades. Ressaltou que não há intenção de aumentar o esforço de pesca, mas destacou que as embarcações estão se adequando para operar fora do mar territorial, com investimentos em equipamentos eletrônicos, ecossondas e piloto automático. Solicitou sensibilidade para considerar essa possibilidade.

Senhor Bell Neves (PESCABR) informou que houve uma resposta positiva quanto ao respeito a cota de captura. Relatou que em uma reunião anterior, discutiu-



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

se a transferência de cota para outra modalidade como forma de viabilizar a safra e ressaltou a necessidade de uma resposta sobre o assunto.

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, esclareceu que o pleito foi inicialmente apresentado no CPG realizado em Natal e, posteriormente, detalhado na 4ª Reunião Ordinária do CPG Atuns, ocorrida em Vitória, em junho de 2024. O pedido refere-se a 26 embarcações da modalidade 1.12, atualmente restritas ao mar territorial, que buscam a conversão para a modalidade 1.17. Essa solicitação, feita pela Qualipesc, PESCABR e SPA, inclui ainda a recomendação para que o MPA, em conjunto com o MMA, avalie a possibilidade de elaborar um edital de chamamento para atender a essas embarcações.

O Senhor Giovani Monteiro (PESCABR) destacou a urgência da revisão da unificação e parabenizou a equipe pela resolução do problema relacionado à vara de isca do skipjack. Alertou sobre o risco iminente de atingir a cota de captura, com 80 t restantes, nas modalidades 1.1 e 1.2, caso não haja remanejamento do cardume para o espinhel.

O representante do Governo do Estado do Amapá sugeriu, como recomendação para o tubarão-azul, a formação de uma força-tarefa com instituições de ensino superior. Ressaltou que as decisões técnicas devem ser tomadas no âmbito da Câmara e alinhadas com institutos técnicos.

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, agradeceu as considerações e encerrou a pauta.

3.4. ATOS NORMATIVOS PUBLICADOS EM 2024 (informação)

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, apresentou um resumo dos atos normativos sobre atuns e afins publicados em 2024, destacando as Portarias Interministeriais MPA/MMA nº 10, de 26 de março, nº 12, de 2 de agosto, e a Portaria MPA nº 358, de 10 de outubro. Informou que estão em discussão entre o MPA e o MMA: a proibição do registro de novas embarcações nas modalidades 1.2, 1.3, 1.4 e 1.15 da Instrução Normativa Interministerial nº 10/2011; as medidas de ordenamento e fiscalização para a captura do tubarão-azul (*Prionace glauca*); e a transferência de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

cota de captura da albacora-bandolim (*Thunnus obesus*) entre modalidades, conforme a Portaria Interministerial nº 12/2024.

O Senhor Ulysses Vieira Raposo (APEDI) enfatizou a importância de considerar as dificuldades para regularizar a pesca no Brasil ao elaborar atos normativos. Mencionou que muitas embarcações aguardam há anos pela licença de pesca e disse entender que o ato normativo em discussão, que proíbe novos registros nas modalidades 1.2, 1.3, 1.4 e 1.15, inclui embarcações que tentam se regularizar há muito tempo. Ressaltou a necessidade de analisar esses casos e oferecer o suporte necessário.

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, esclareceu que, com a nova portaria, a solicitação de registro será encerrada. Quem não solicitou permissão prévia para ingressar nas modalidades ficará impossibilitado de registrar oficialmente após a publicação da portaria. Informou também que o requerimento para solicitar o PPP pode ser preenchido virtualmente e enviado ao MPA para análise. As embarcações com PPP terão dois anos para concluir a construção. Ressaltou que a solicitação de registro nunca esteve fechada e será encerrada somente após a publicação da normativa, e que as embarcações com PPP serão analisadas.

O Senhor Agnaldo Hilton (SINDIPI) expressou preocupação com a demora na publicação da portaria de monitoramento da albacora bandolim, destacando que a publicação no final do ano compromete o acompanhamento. Mencionou que já existem instrumentos, como o mapa de bordo e o monitoramento das indústrias, para criar um acompanhamento mensal e evitar surpresas. Solicitou um controle rigoroso e uma publicação mais rápida para garantir que todos fiquem cientes.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, explicou que, neste ano, foi iniciado o reporte do mapa de bordo digital, o que agilizou significativamente a compilação de dados. Informou que a demora na publicação do painel ocorreu porque foi o primeiro ano em que as informações chegaram dessa forma, o que exigiu a organização de fluxos e o estabelecimento de procedimentos. No entanto, afirmou que, nos próximos anos, o processo será mais ágil e relatou que a cobertura de entrega do mapa de bordo está aumentando.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Miquéias Carvalho (APAI PESCA) relatou problemas com a Superintendência do Espírito Santo, mencionando que um pedido feito em 2016 ficou parado no estado e não foi encaminhado para Brasília. Informou também que fez um pedido de conversão de licença e ainda não obteve resposta. Destacou a importância de um bom diálogo entre as superintendências e o Ministério da Pesca, pois, se os processos não saírem do Espírito Santo, as embarcações serão prejudicadas.

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, solicitou que o Senhor Miquéias realize um levantamento do número dos processos e os encaminhe para a Secretaria Nacional de Registro do MPA, a fim de verificar o andamento deles.

A Senhora Laís Belsito Pestana (ABIPESCA) destacou a urgência da transferência de cota entre as modalidades de cardume associado e espinhel, devido ao risco de extrapolação do limite da cota. Ressaltou que a publicação da Portaria deveria ocorrer no máximo em uma semana.

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, esclareceu que houve consenso na reunião extraordinária, com validação pelas duas partes e tramitação à área técnica do MPA e do MMA. No MPA, o ato normativo já foi validado pela Conjur e, após essa avaliação, segue para o MMA, onde se encontra atualmente. Solicitou ao Senhor Gilberto Sales, do MMA, que abordasse o assunto.

O Senhor Gilberto Sales (MMA) relatou que o procurador garantiu que o ato normativo está como primeiro item de análise da Conjur, e a expectativa é que seja publicado nos próximos dias. Informou que poderá fornecer uma atualização mais recente até amanhã.

Senhor Raimundo Felix da Rocha (CBPA) destacou que o plano de captura de atuns e afins conta com a concordância do comitê, mas enfatizou a importância de considerar aspectos sociais, especialmente relacionados aos trabalhadores a bordo. Mencionou que muitos estão mal treinados ou não capacitados, enfrentando condições difíceis, como esforço físico excessivo e preocupação com o sustento familiar. Sugeriu aproveitar períodos de menor atividade pesqueira para promover capacitações e treinamentos para esses trabalhadores, recomendando a avaliação da viabilidade dessa medida como parte das recomendações.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, informou que a coordenação dará continuidade à elaboração de uma proposta de encaminhamento às secretarias de pesca industrial e artesanal, visando a construção de um projeto de capacitação para os pescadores a bordo.

3.5. DEVOLUTIVAS DA REUNIÃO DA COMISSÃO DA ICCAT 2024

3.5.1. Informes do Comitê Científico ICCAT - Situação dos estoques (Coordenador Científico CPG Atuns e Afins)

O Coordenador Científico do CPG Atuns e Afins, Senhor Paulo Travassos, apresentou a situação atual dos estoques das espécies de atuns e espécies afins avaliados pela ICCAT. Comentou sobre a participação da delegação científica brasileira nas reuniões do Comitê de Pesquisa e Estatística da ICCAT, onde essas avaliações são realizadas, e destacou o calendário de reuniões definido pela ICCAT para 2025.

O Senhor Ricardo, representante do Governo do Estado do Amapá, parabenizou pela apresentação e comentou sobre o tubarão-azul, destacando falhas nas decisões observando os dados históricos. Ressaltou a importância de informações históricas para decisões relacionadas a peixes tropicais. Elogiou a equipe de cientistas e novos pesquisadores pelo embasamento científico que subsidia políticas públicas e estudos das espécies.

O Senhor Paulo Travassos destacou a necessidade de integrar profissionais novos e qualificados à equipe do grupo técnico-científico. Informou sobre a mudança no procedimento de cadastro de pesquisadores, mencionando que, atualmente, o registro pode ser realizado na Rede Pesca Brasil, sem necessidade de indicação, sendo posteriormente analisado internamente pelo MPA. Ressaltou, ainda, a perda de profissionais capacitados para o exterior.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) apresentou dúvidas sobre o tratamento dado pela ICCAT ao descarte de espécies e a forma como o Brasil realiza esses reportes e se realiza. Indagou se animais mortos devolvidos ao mar são



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

contabilizados na cota e qual é o nível de confiabilidade e precisão dessas informações. Além disso, ressaltou a ausência de observadores de bordo no Brasil há alguns anos e destacou que, em sua experiência, os mapas de bordo não registram essas informações.

O Senhor Paulo Travassos relatou a não declaração dos descartes pelo Brasil devido à ausência de observadores de bordo. Destacou a iniciativa importante do MPA e do MMA para a retomada do PROBORDO, manifestando a expectativa de que o programa esteja em funcionamento em breve.

O Senhor Paulo Travassos relatou que, nos últimos anos, as informações foram obtidas por meio de projetos de pesquisa que não esse objetivo específico. Mencionou um caso delicado discutido em reunião com o Comitê de Cumprimento, onde foram identificadas capturas de espadarte do Atlântico Sul fora do limite de tamanho mínimo estabelecido. Explicou que é permitida a captura de até 15% de indivíduos com menos de 125 cm, mas a ausência de um programa efetivo de observadores de bordo inviabiliza a coleta desses dados e o monitoramento adequado. Sobre a questão do descarte de espécies no mar, esclareceu que essas devoluções não são incluídas na cota do país devido à ausência de registro dessas informações nos mapas de bordo.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) questionou se outros países reportam essas informações com qualidade. Além disso, perguntou se, caso o Brasil passe a registrar esses dados por meio de observadores de bordo, considerando que a cobertura atual é de apenas 5 a 10% da frota total, será necessário realizar algum tipo de extração.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, explicou que muitos países reportam essas informações à ICCAT, principalmente aqueles com maior cobertura de observadores de bordo. Isso ocorre devido à maior coleta de dados pelos observadores e porque muitas espécies proibidas no Brasil não têm a mesma restrição em outros países.

Destacou que o Brasil possui uma peculiaridade: espécies como o tubarão-mako, que têm limite de captura permitido internacionalmente, são proibidas de desembarque no país por integrarem a lista nacional de espécies ameaçadas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Ressaltou que essa questão não é exclusiva ao Brasil e que a ICCAT está desenvolvendo uma metodologia para estimar capturas acidentais (bycatch), utilizando dados de observadores de bordo. A ferramenta permitirá calcular a retirada total de biomassa com base em variáveis que influenciam a captura dessas espécies.

O Senhor Giovani Monteiro (PESCABR) elogiou a todos e destacou o reconhecimento que o Grupo Técnico Científico vem recebendo ao longo dos anos. Mencionou que atualmente existem apenas três embarcações de cerco mas a atividade de cerco tem se concentrado principalmente no skipjack e no blackfin. Ressaltou que a indústria pode fornecer dados sobre essa produção.

O Senhor Giovani Monteiro (PESCABR) também destacou o excelente trabalho desenvolvido pela FURG em parceria com a UNIVALI no projeto sobre tubarões. Mencionou que os membros estão continuamente medindo espécies como tubarão-azul, swordfish, mecas, atuns e peixes-prego, gerando dados da frota de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por meio de embarques com observadores de bordo. Relatou que esses dados são fundamentais para pesquisas científicas. Por fim, informou que, em breve, será iniciado um trabalho em conjunto com o ICMBio, UNIVALI e FURG, utilizando o VeriCatch, uma ferramenta essencial para a obtenção de dados precisos, incluindo informações sobre descartes.

O Senhor Paulo Travassos relatou a dificuldade em embarcar observadores de bordo devido à falta de vagas e agradeceu a parceria entre sindicatos e armadores. Informou que a pesca de cerco não apresenta problemas relacionados à captura de indivíduos jovens, sendo direcionada principalmente ao bonito-listrado. Destacou que há um limite de atividade para essa pesca ao sul da latitude 20ºS, não havendo expectativa de que essas embarcações venham a operar na região equatorial no futuro.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, agradeceu ao Senhor Giovani e à parceria com o SINDIPESCA. Relatou o esforço conjunto para a implementação do caderno de bordo digital, atualmente em fase de testes, com o objetivo de acelerar a consolidação das informações.

O Senhor Miquéias Carvalho (APAI PESCA) questionou como serão realizadas as avaliações de estoque para 2025 da albacora-bandolim, do agulhão-



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

branco e do tubarão-anequim, cuja última avaliação ocorreu em 2017. Perguntou se essas avaliações serão feitas para algum controle ou definição de cota. Solicitou esclarecimentos sobre se as avaliações abrangerão todo o território nacional ou apenas as regiões Sudeste e Sul.

O Senhor Paulo Travassos explicou que a metodologia de avaliação de estoques permanece a mesma, baseada nos dados declarados por cada país. Após a declaração das capturas, é feita a padronização da CPUE. Países com programas sólidos de observadores de bordo fornecem essas séries de dados ao comitê científico. Inicialmente, ocorre uma reunião preparatória onde cada país apresenta suas séries padronizadas, capturas, esforços ou dados de observadores. Estes últimos, por serem pontuais, recebem um tratamento diferenciado, mas são utilizados para alimentar os modelos de avaliação.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, explicou que há muitas fontes de informação e três fontes primárias de dados utilizadas na avaliação de estoques: capturas (quantidade de biomassa removida do estoque), índices de CPUE (tendência de abundância do estoque) e composições de comprimento (estrutura populacional por tamanho). Essas informações, como a relação entre tamanho e idade (curva de crescimento), permitem transformar proporções de comprimento em composições etárias, o que reflete taxas de mortalidade e sobrevivência.

Esses dados são inseridos em modelos matemáticos que, ao atenderem os critérios mínimos de qualidade, são utilizados no modelo de avaliação. Entre as reuniões preparatórias e de avaliação, modeladores discutem os resultados por cerca de uma semana em um grupo de especialistas de aproximadamente 30 pessoas de diferentes países. Ao final, o grupo avalia se o modelo representa adequadamente o estado de exploração do estoque.

O Senhor Gilberto Sales (MMA) explicou sobre o programa de observadores de bordo do Brasil, destacando que, após discussões técnicas em reuniões anteriores, sobre base de dados e capacitação de observadores, o foco agora está na sustentação financeira. Mencionou que a interrupção do programa ocorreu devido a questões controversas relacionadas ao pagamento dos servidores. Revelou que



atualmente, estão sendo avaliadas possibilidades de financiamento, e que esse processo inclui discussões estruturais, institucionais e normativas. O retorno do programa como política de Estado dependerá da adesão do setor pesqueiro. Ele ressaltou a importância do apoio contínuo de armadores e sindicatos, que têm permitido os embarques para coleta de dados. O Senhor Gilberto Sales (MMA) destacou a importância dos projetos de pesquisa e sua contribuição para o avanço do setor, manifestando expectativa de que o programa de observadores de bordo retorne em 2025.

Senhor Agnaldo Hilton (SINDIPI) questionou a importância do setor pesqueiro para a pesquisa e colaboração com projetos ou demandas do governo no ordenamento. Destacou que a maior parte dos dados é gerada pelo setor produtivo, que também colabora com os observadores de bordo. No entanto, criticou a falta de transparência, afirmando que o setor é frequentemente o último a ser informado sobre decisões da ICCAT. Agnaldo Hilton (SINDIPI) defendeu que o processo precisa ser mais democrático, sugerindo que as informações sejam previamente repassadas ao setor para validação antes de serem reportadas à ICCAT.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, agradeceu a parceria de trabalho, incluindo o MMA e defendeu que o projeto já chegou em um ponto crucial.

3.5.2. Informes e Recomendações (Chefe de Delegação do Brasil)

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, apresentou um panorama geral da ICCAT, destacando os encaminhamentos e os acontecimentos da terceira reunião interseccional do Painel 1, bem como da 24ª Reunião Especial da Comissão, realizada em novembro de 2024.

O Senhor Rivetla Édipo, membro da Coordenação do CPG, destacou que, pela primeira vez, o setor produtivo não acompanhou presencialmente a delegação brasileira. Informou que o CONEPE representou o setor como instituição, participando de reuniões bilaterais, onde muitos acordos foram definidos. Parabenizou o CONEPE pela presença e contribuição em algumas discussões e reforçou a importância de maior adesão do setor produtivo em reuniões futuras, ressaltando a relevância de participar do processo de tomada de decisão e compreender como ele ocorre.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) destacou a importância de revisitar decisões passadas da ICCAT para compreender a evolução da situação de estoques, citando o caso de uma empresa do Sul que obteve certificação NSC sem impedimentos, mesmo em um período em que o Ministério não possuía um setor de estatística. Mencionou um documento técnico de 2020 que sugeriu a aplicação do MSE para o atum-gaiado ocidental e ressaltou que o Brasil propôs usar o atum-gaiado como experiência, mas questionou por que esse aprendizado não é ampliado para outras espécies, como a corvina, em vez de focar apenas no estoque mais sustentável.

O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) destacou divergências nos números de produção apresentados, gerando uma diferença de 60%. Comentou que a ICCAT afirma que discrepâncias significativas entre sistemas requerem reavaliação. Wilson apontou que o Brasil informou à ICCAT ter capturado 31.000 toneladas em 2023 e a indústria discorda desse número e considera a posição adotada pelo Brasil precipitada, embora não seja contrária ao MSE.

O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) destacou que, em 2023, houve uma mudança na metodologia de estatística, que anteriormente era baseada 100% em mapas de bordo, passando a incluir um modelo matemático preditivo. Essa alteração gerou uma reclassificação do estoque, que deixou de ser considerado majoritariamente "verde", mesmo sem alterações nas capturas. Questionou o sistema, considerando que não houve motivos plausíveis para justificar a mudança na sensibilidade da espécie.

Senhor Wilson Santos (SINDIPI) também ressaltou que, em 2016, o Brasil capturava 40% do estoque, mas, em 2024, esse número subiu para 60%, refletindo mudanças na região de pesca (expansão para o Nordeste), nas artes de pesca (introdução do cardume associado) e nas espécies-alvo (inclusão do yellowfin). Além disso, mencionou que 20% das capturas brasileiras agora ocorrem no Atlântico Leste e alertou para os desafios futuros de gestão, especialmente em relação à separação das capturas por origem dos estoques, o que pode impactar a administração do TAC e ressaltando que não há mais um estoque único.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, esclareceu que o estoque de atum sempre foi estruturado entre o leste e o oeste do Atlântico, não sendo correto afirmar que o Brasil propôs a existência de um estoque único. Destacou que a relevância do Brasil está na sua posição como principal capturador do estoque do oeste.

Quanto ao MSE na ICCAT, explicou que a proposta nasceu da negativa de certificação da frota, cujo principal argumento era a falta de governança e gestão. A adoção do MSE traria regras claras e ajudaria a frota brasileira a alcançar a certificação.

Em relação à avaliação de estoque de 2022, esclareceu que foi apresentado um RMS de 35.000 toneladas, com o estoque no "verde". Com base nesse cenário, foram estabelecidos objetivos de manejo ambiciosos. No entanto, após uma nova rodada de dados com três anos adicionais de informações e três índices independentes de abundância (vara de isca viva do Brasil, cerco da Venezuela e longline dos EUA), verificou-se uma redução na abundância do estoque, aumento na captura e maior mortalidade por pesca. Os novos dados indicaram uma TAC de 22.000 toneladas, inferior ao RMS.

Com essa mudança, o Brasil considerou necessário revisar os objetivos de manejo estabelecidos, que haviam sido baseados em uma realidade anterior. O Secretário alertou que manter metas tão ambiciosas sem considerar a nova situação penalizaria a frota brasileira além de destacar que a gestão é internacional e não do governo brasileiro.

O Senhor Wilson mostrou sua indignação comparando os valores declarados pelos países e recomendou que o Brasil deve tomar uma posição de reanálise dos dados. Relatou não entender a pressa em cima de um recurso saudável.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, destacou a importância de respeitar o trabalho do grupo técnico científico evitando questionamentos que coloquem em dúvida todo o processo. Afirmou que os índices de abundância utilizados são padronizados, representativos do estoque, e foram validados pelo SRS. Durante as reuniões científicas, os modelos e premissas são analisados



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

coletivamente, com acesso transparente às bases de dados, o que garante confiabilidade nos ajustes e interpretações.

O Secretário ressaltou que não é possível comparar a situação do Brasil com a da Europa, devido às diferenças entre as frotas, históricos de exploração, produtividade dos estoques, múltiplas cotas aplicadas e características específicas, como a pesca de mancha.

O Senhor Paulo Travassos relatou que o programa de marcação para atuns tropicais não identificou evidências de deslocamento de peixes do Leste para o Oeste. Destacou que o bonito-listrado apresenta baixa mobilidade espacial. O Senhor Paulo Travassos explicou que no âmbito do Protuna, foi realizado um estudo genético para avaliar a hipótese de que o estoque explorado pelo Brasil, responsável por 95% da produção do Oeste, seria independente da população do Caribe. O resultado apontou que não há diferenças genéticas entre os dois estoques. Além disso, disso mencionou estudos que não identificam diferenças genéticas entre as populações do Oeste e do Leste.

Enfatizou que é necessário propor à ICCAT a revisão das linhas divisórias entre os estoques e relatou que essa questão será discutida em uma reunião já marcada com o SRS. Ressaltou também a importância de aprofundar os estudos científicos sobre o bonito-listrado, especialmente porque a espécie, historicamente explorada no Sudeste, revelou uma abundância desconhecida até recentemente.

Sobre o MSE, explicou que a ICCAT decidiu implementá-lo e esclareceu que outras espécies já estão sendo manejadas por esse método. Ressaltou que, caso o Brasil não iniciasse sua implementação, outros técnicos o fariam. Destacou que o processo é um aprendizado contínuo para cientistas e gestores, mas que deve ser conduzido com cautela. Por fim, Travassos reconheceu que os resultados obtidos até agora apontam para a necessidade de ações e pediu compreensão diante dos desafios, reforçando o comprometimento de todos com a sustentabilidade da pesca de atuns e afins no Brasil.

O Senhor Lauro Madureira agradeceu a citação ao programa de marcação de atuns e destacou que, embora as marcas tenham tido vida curta, os dados revelaram deslocamentos dos bonitos, principalmente nas proximidades do Rio de Janeiro.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Criticou a linha de divisão dos estoques, classificando-a como inadequada, e apontou que o bonito é fortemente influenciado por condições oceanográficas. Relatou que quando o ambiente é desfavorável, a espécie migra para áreas mais produtivas, como ocorreu durante eventos de El Niño em 2014-2015, quando o bonito desapareceu da costa brasileira, e reapareceu em 2017-2018, bem maior.

O Senhor Lauro Madureira observou que os dados de marcação não indicam migração Leste-Oeste, possivelmente porque, no período do estudo, o bonito não precisou migrar. Questionou como o estoque global deve ser administrado, considerando a complexidade de sua ecologia, e concluiu que ainda há muito a ser compreendido sobre a espécie.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) ressaltou que a decisão final é da ICCAT, não do Brasil, destacando que o uso do MSE representa o futuro e sua aplicação a todos os estoques é apenas uma questão de tempo. Mencionou que não há como questionar o MSE e reconheceu a coragem da delegação brasileira ao questionar e propor alterações nos parâmetros. Por fim, fez menção à expectativa temporal relacionada à espécie.

O Senhor Agnaldo Hilton (SINDIPI) destacou o investimento das empresas em mudanças climáticas e pesca sustentável, afirmando que a atividade pesqueira é sustentável. Questionou quem são os representantes do MSE no Brasil e ressaltou a necessidade de uma gestão participativa, com maior reporte ao setor, enfatizando a possibilidade de contribuição técnica do setor. Também expressou preocupações sobre a indústria pesqueira.

O Senhor Paulo Travassos esclareceu que não afirmou que a albacora Laje era absorvida pela indústria de conservas no Brasil, mas que três espécies tropicais, laje, bandolim e bonito-listrado, são capturadas pelo cerco europeu no lado leste. Ao utilizar dispositivos agregadores de peixe, os peixes ficam aprisionados e derivados para o lado Oeste, gerando capturas.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, explicou que o trabalho foi realizado por um grupo composto por cientistas venezuelanos e brasileiros, incluindo Bruno Mourato e Rodrigo Santana. Destacou que sua parte no trabalho foi questionar a linha de divisão dos estoques. Além disso, ressaltou que os resultados são



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

revisados por um grupo maior de cientistas, tanto no grupo dos tropicais quanto na plenária científica do SRS.

O Senhor Agnaldo Hilton (SINDIPI) reconheceu o Senhor Rodrigo Santana como um especialista e defendeu a formalização do trabalho por meio de um contrato, ressaltando a necessidade de investimentos governamentais em tecnologia e pagamento pelos serviços, pois não é viável trabalhar voluntariamente.

O Senhor Lauro Madureira respondeu à fala do Senhor Giovani Monteiro, que mencionou a construção de um barco para capturar até 2070, destacando que haverá flutuações nas capturas até essa data. Argumentou que é difícil manter 70% de captura ao longo de 30 anos devido as mudanças climáticas e ressaltou que a variabilidade ambiental não está acoplada aos modelos.

3.6. DEVOLUTIVA SOBRE AS MEDIDAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DAS COTAS DE ALBACORA-BANDOLIM EM 2024

3.6.1. Apresentação - Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa

O Senhor Alex Lira (SERMOP) apresentou um diagnóstico sobre a albacora bandolim, abordando as ferramentas de monitoramento e controle em 2024, além do controle do limite de captura até o momento. Ele também discutiu as perspectivas de melhorias para 2025 e a atualização do Painel de monitoramento da cota. Concluiu ressaltando que ainda há muito a ser feito nesse processo.

Monica Brick Peres (ICMBIO) questionou sobre a distribuição das licenças 1.1 e 1.2 entre o Nordeste e o Sul. Relatou que segundo análise dos mapas de bordo, as licenças de albacora e meca espadarte estão divididas em uma proporção de 40 a 60% entre as regiões, o que dificulta o planejamento do controle de cotas. Perguntou se há informações sobre como essa distribuição está organizada em cada região e se seria possível redistribuir as licenças, concentrando as de albacora no Nordeste e as de meca no Sul.

O Senhor Alex Lira (SERMOP) esclareceu que o MPA possui informações que podem ser coletadas pela UF ou pelo PREPS, relacionadas à quantidade de cruzeiros



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

registrados em cada região, o que permitiria uma noção do esforço pesqueiro. Em relação ao controle das embarcações, sugeriu associar a UF a cada embarcação. A Senhora Monica Brick Peres (ICMBIO) esclareceu que considerou que as embarcações saem e retornam ao mesmo porto e não fez conferência do PREPS. O Senhor Alex Lira (SERMOP) respondeu que seria possível ter essas informações com acurácia, mas ressaltou que a questão da diferenciação do ordenamento envolve uma discussão mais ampla, que não se limita à SERMOP e envolve outras secretarias devido a se relacionar com a área de operação e o permissionamento.

A Senhora Monica Brick Peres (ICMBIO) destacou que a maior parte das capturas de tubarão-azul ocorre no Sul, associada à permissão de meca, mas que uma alta porcentagem também é capturada associada as licenças de albacora da frota do sul. Apontou a diferença entre a frota do nordeste, que não usa estropos, e a do Sul, que utiliza. A questão levantada foi como dividir a cota de tubarão-azul e gerenciar o fechamento da pesca sem penalizar uma frota, sugerindo que isso poderia ajudar a pensar em soluções como na revisão da INI MPA/MMA nº 10, de 2011.

O Senhor Alex Lira (SERMOP) destacou que a questão apresentada é uma preocupação interna, pois o MPA está desenvolvendo um arcabouço de gestão mais complexo, com múltiplos recursos e cotas para diferentes espécies, muitas das quais são compartilhadas dentro da mesma modalidade. Ressaltou que essa discussão está em andamento e que é necessário um aprimoramento profundo na gestão, o qual ocorrerá no momento oportuno.

Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) sugeriu a não atualização do painel de monitoramento da cota.

O Senhor Gilberto Sales (MMA) questionou se o controle da indústria é feito por meio do mapa de bordo preenchido pela indústria ou se há outro tipo de controle. O Senhor Alex Lira (SERMOP) esclareceu que, embora houve uma confusão anterior, somente a indústria é responsável por esse reporte, e não os armadores. Ressaltou que o mapa de produção contém informações sobre a produção por embarcação, que podem ser inseridas também na plataforma nacional da indústria do pescado. O Senhor Alex Lira (SERMOP) mencionou que uma solução que está sendo pensada é



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

substituir o AGROFORM por outro sistema que receberá essas informações de forma mais rápida e organizada, permitindo um feedback das empresas mais eficiente.

O Senhor Gilberto Sales (MMA) destacou que a falta de atualização do painel de monitoramento da cota não resolverá os problemas devido à complexidade das pescarias com cotas. Ressaltou a necessidade de desenvolver mecanismos e estratégias para solucionar essas questões, mencionando que existem pelo menos três pescarias utilizando espinhel pelágico em áreas distintas. Enfatizou a importância de considerar as especificidades de cada pescaria para evitar misturas inadequadas.

O representante do SINDIPESCA questionou o dado de que apenas 11 indústrias reportaram o mapa de produção, enfatizando que é obrigatório para as indústrias registrar esses dados no SIGSIF. Destacou que, caso não realizem o lançamento até o dia 12 do mês subsequente, são penalizadas com autos de infração. Apontou a fragilidade do mapa de bordo, elaborado pelos pescadores no momento da captura, quando estão focados na operação e não têm condições adequadas para realizar o registro exato, contrastando com a indústria, onde os dados são registrados de forma precisa, com separação, pesagem e categorização das espécies. Sugeriu aproveitar os dados disponíveis no SIGSIF, que são claros e organizados, para gerar estatísticas mais confiáveis e melhorar a interação entre o MAPA e o MPA, ressaltando que, até 12 de dezembro, os dados de 11 meses do ano já estão disponíveis.

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, destacou a limitação do sistema do MAPA, que atualmente permite apenas o registro genérico de "atum", sem detalhamento por espécie, o que representa um desafio para aproveitamento do dado. O Senhor Rivetla Édipo mencionou que o Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, informou que estão em diálogo com o MAPA para viabilizar um sistema de reporte único, que atenda simultaneamente às demandas do MAPA e do MPA. Complementando, o representante do SINDIPESCA esclareceu que a indústria já é obrigada a registrar a espécie no sistema.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, esclareceu que algumas empresas colocam apenas atum por isso esse dado ainda não pode ser utilizado e mencionou a demanda conferência do mapa de bordo, mapa de bordo não



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pode ser muito diferente do que é pesado, então esperamos conseguir linkar as duas fontes de informação, que é poder conferir ao dado do mapa, de modo que foi reportado.

A Senhora Claudia Ramos Zagaglia (IBAMA) relatou que, desde 2023, o Ibama acompanha desembarques de cardume associado e constatou a ausência de anotações a bordo em embarcações rastreadas e licenciadas. Destacou que peixes maiores são classificados para mercado interno ou exportação, enquanto os menores não têm distinção de espécie, o que compromete a qualidade das informações reportadas. Sugeriu treinamento para os mestres e questionou o momento de fabricação das informações, já que não há justificativa o não reporte quando as embarcações não estão sendo fiscalizadas. Mencionou que a informação se inicia no momento da classificação do desembarque.

O Senhor Giovani Monteiro (PESCABR) sugeriu o retorno da entrega dos mapas de produção pelos armadores, argumentando que não seria uma duplicidade de dados, mas sim uma melhoria. Explicou que o mapa de bordo é apenas uma estimativa, pois o pescador, sem balança a bordo, faz a avaliação com base no tamanho do peixe. Mencionou que, ao final da descarga, uma pré-produção era enviada e os mapas de produção eram reportados até o dia 10 de cada mês. Parabenizou a equipe do ICMBIO pelas análises de captura realizadas com as frotas do Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incluindo os dados da FURG, que refletem a realidade distinta dessas pescarias. Citou o desenvolvimento da ferramenta da lagosta pelo CPG e destacou que ela poderia ser incorporada como um recurso importante para o controle, não apenas de atuns, mas também de meca e tubarões-azuis. Por fim, reforçou a importância de um estudo da distribuição geoespacial e temporal das pescarias do sudeste e sul, observando que a FURG já possui esses dados. Por fim mencionou a rastreabilidade promovida pelos mapas que identificam o lote, o nome do barco, a data que entra o produto e reforçou a utilização do SIGSIF.

O Senhor Miqueias Carvalho (APAI PESCA) destacou a existência de embarcações irregulares no Espírito Santo e relatou dificuldades enfrentadas pelos armadores para regularizá-las. Propôs um "zeramento" das irregularidades,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

permitindo que as embarcações colocassem a documentação em dia e estabelecendo um prazo para o envio dos mapas de bordo, mapas de produção e aquisição dos equipamentos necessários. Solicitou atenção à situação dos pescadores. O Senhor Rivetla Édipo esclareceu que a sugestão foi registrada, mas informou que o tema não seria discutido naquele momento devido à necessidade de seguir a agenda.

3.6.2. Considerações do Programa de Monitoramento da Pesca de Atuns e Afins no Brasil (PMPA) - Coordenador do Projeto PMPA

O Senhor Paulo Travassos apresentou o Programa de Monitoramento da Pesca de Atuns e Afins, destacando seu objetivo, estrutura organizacional, coordenação, área de monitoramento, portos de acompanhamento de desembarque e localidades com observadores de bordo. Foram apresentados os resultados do acompanhamento de desembarque realizado entre maio de 2023 e outubro de 2024, incluindo o número de biometrias registradas por porto, a distribuição de espécies e tamanhos, além de informações sobre a execução financeira do programa. Também foram destacadas as contribuições alcançadas, como o registro de aproximadamente 25.000 biometrias de indivíduos, a apresentação de dados na ICCAT, a capacitação profissional e o aumento da empregabilidade nas ciências do mar, além da criação de uma base para a implementação de um programa contínuo de Observadores de Bordo.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) perguntou se, durante a apresentação, foi abordado o tipo de informações coletadas pelos observadores de bordo. O Senhor Paulo Travassos esclareceu que a principal função do observador de bordo é preencher o mapa de bordo de forma independente ao registro realizado pelo mestre, assegurando maior qualidade nos dados referentes à captura, esforço de pesca, devoluções ao mar (indicando se o animal foi devolvido vivo ou morto) e esforço relacionado à fauna acompanhante. Além disso, destacou que o observador tem o prazo de uma semana, após o desembarque, para entregar o mapa de bordo juntamente com o relatório de viagem, além de realizar a biometria a bordo.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) questionou como era a informação sobre o descarte.

O Senhor Paulo Travassos esclareceu que são preenchidas todas as informações do mapa de bordo, incluindo latitude, longitude, horário, espécie, estimativa de tamanho e a condição do animal no momento da devolução ao mar, indicando se estava vivo ou morto.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) explicou que questionou o assunto porque o mapa de bordo é mais direcionado às capturas retidas e sugeriu, como solução, a possibilidade de uma parceria para incluir um observador de bordo adicional.

O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) questionou sobre os critérios utilizados para a determinação de juvenis e mencionou uma proposta preliminar que sugere definir como juvenil os indivíduos com comprimento de 62 cm.

O Senhor Paulo Travassos explicou que, internamente, as espécies tropicais laje, bandolim e bonito-listrado são classificadas em três faixas de tamanho — jovem, pré-adulto e adulto — com base na primeira maturação sexual, que identifica os indivíduos aptos à reprodução. Contudo, ressaltou que essa divisão não é feita pela ICCAT, que, em vez disso, pode estabelecer limitações em áreas e períodos para suspensão da pesca. Com base nos dados coletados, informou que os jovens do bandolim possuem, em média, entre 40 cm e 60 cm, enquanto, para o bonito-listrado, observa-se predominantemente indivíduos pré-adultos, o que reduz preocupações relacionadas a essa espécie.

O Senhor Agnaldo Hilton (SINDIPI) questionou qual seria a proporção entre fêmeas e machos do SKJ, indagando se seria de 50% para cada. Além disso, sugeriu a possibilidade de utilizar chips para monitoramento de dois possíveis estoques distintos, norte e sul.

O Senhor Paulo Travassos esclareceu que, em relação ao S50, sua determinação depende do trabalho realizado. Quando os valores de S50 para machos e fêmeas estão definidos, eles geralmente são muito próximos, sem diferença estatística significativa, permitindo a agregação em um único valor de S50 para a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

espécie. Sobre o bonito-listrado, destacou que a espécie parece apresentar um estoque misto, sem separação entre machos e fêmeas.

Em relação à divisão norte-sul do estoque, relatou que um estudo de comparação genética foi realizado com dados de bonito-listrado provenientes da Venezuela, do Brasil (área equatorial e área sul), e não foi encontrada diferença estatística significativa entre eles. Ressaltou que a hipótese de uma separação populacional ainda precisa ser mais bem avaliada.

O Senhor Paulo Travassos destacou o interesse em entender se os peixes capturados no Sul e Sudeste do Brasil são os mesmos pescados no Equador pela pesca de cardume associado e se os peixes capturados vêm do Leste. Contudo, relatou que ainda não há informações disponíveis, pois são necessários avanços significativos em estudos de marcação. Também mencionou a tropicalização causada pelas mudanças climáticas, explicando que espécies originalmente adaptadas a águas tropicais quentes estão expandindo seu habitat para regiões de águas frias, que agora estão sendo aquecidas.

Senhor Raimundo (CBPA) mencionou a importância da inclusão da educação a bordo, inclusive daqueles que já estão operando.

O Senhor Paulo Travassos informou que as orientações aos observadores de bordo são claras, não devem interferir nas ações do mestre, mas sim coletar dados sobre a pesca e realizar biometrias. No entanto, ressaltou a necessidade de melhorar a comunicação entre o observador, o mestre e demais envolvidos.

Um membro não identificado expressou sentir que sua inteligência estava sendo questionada devido à postura de algumas pessoas que demonstram ter mais conhecimento. Sugeriu que a questão educacional fosse implementada.

O Senhor Paulo Travassos concordou e mencionou a importância dos mestres e da tripulação no trabalho de observação de bordo.

O representante da Superintendência do Ceará (Thiago) destacou a importância da realização de treinamentos para os profissionais embarcados, enfatizando que a capacitação e a qualidade do trabalho são fundamentais para a entrega de um produto de excelência e para a inserção e continuidade no mercado competitivo. Questionou se o projeto inclui propostas voltadas à formação,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

treinamento e capacitação da comunidade local, a fim de permitir que os participantes se apropriem do trabalho de observador de bordo e desenvolvam um sentimento de pertencimento. Sugeriu que pescadores ou mestres que cumprem os requisitos da Marinha e conhecimentos prévios possam ser incluídos nesse processo.

Um membro não identificado relatou que o Estado do Ceará está desenvolvendo um projeto de lei, que ainda tramita na Assembleia Legislativa, criando dentro da estrutura estadual a Coordenadoria da Pesca de Atuns e Afins, com o objetivo de realizar a capacitação dos profissionais dessa área.

O Senhor Paulo Travassos comentou que já há um custo previsto para a capacitação de observadores de bordo. A ideia inicial era realizar esse treinamento assim que os 30 observadores fossem contratados, a fim de promover um nivelamento entre eles. No entanto, atualmente, apenas 13 observadores estão contratados, todos com experiência prévia de bordo e na pesca de atuns. A proposta é realizar, em março, um curso mais abrangente, visando formar novos profissionais para o mercado, com a intenção de atrair interessados a integrar a equipe. Em relação à possibilidade de contratar pescadores diretamente da comunidade, esclareceu que, no momento, estão trabalhando com pessoas com graduação completa ou curso tecnólogo.

Um membro não identificado relatou a preocupação com a possibilidade de falta de vivência e experiência dos observadores de bordo.

O Senhor Paulo Travassos informou que, devido à ausência de exigência de vivência no mar no edital, não há alternativa além de preencher as 30 vagas disponíveis, mesmo com candidatos sem experiência nessa área.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) falou que o S50 é entre 20 e 25 kg. O Senhor Paulo Travassos complementou que a albacora laje é 98 cm e a bandolim entre 102 e 103 cm e justificou que o seu raciocínio é por comprimento.

O Senhor Miqueias Carvalho (APAI PESCA) mencionou a declaração do Senhor Paulo Travassos de que o mapa de bordo elaborado pelo observador de bordo não precisa, necessariamente, coincidir com o mapa do mestre da embarcação. Relatou que há um receio por parte de mestres e armadores, devido a casos passados em que observadores deixaram de relatar de forma correta as



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

capturas realizadas. Diante disso, destacou a necessidade de estabelecer um diálogo mais eficiente entre o observador e o mestre, garantindo que o preenchimento dos mapas seja realizado corretamente. Mencionou também que em Itaipava-ES os mestres e armadores ficariam receosos com a necessidade de levarem observadores de bordo.

O Senhor Paulo Travassos concordou que o diálogo é fundamental e destacou que o observador mencionado pelo Senhor Miqueias Carvalho provavelmente não faz parte de sua equipe, pois o primeiro cruzeiro está sendo finalizado neste momento.

O Senhor Miqueias Carvalho (APAI PESCA) confirmou que o observador em questão não pertence à equipe do PMPA. Relatou que esse profissional foi designado sob a justificativa de auxiliar a frota, porém acabou causando transtornos. Além disso, mencionou que essa pessoa possui conflitos de interesse.

O Senhor Paulo Travassos finalizou dizendo que a intenção do programa de monitoramento não é prejudicar a frota.

O Senhor Gustavo Burle expressou preocupação com a remoção do critério de vivência no mar, considerando a dificuldade em encontrar observadores de bordo. Diante disso, questionou a viabilidade de também retirar o critério técnico, permitindo a inclusão de profissionais POPs e PEPs. Sugeriu, ainda, a possibilidade de equilibrar as exigências, adotando um critério misto, dividindo as vagas entre experiência no mar e qualificação técnica.

O Senhor Paulo Travassos confirmou que essa possibilidade existe. Relatou uma experiência anterior no PROBORDO, em que a contratação direta de pescadores ou membros da comunidade apresentou dificuldades no preenchimento de relatórios e formulários. Diante disso, a exigência de graduação ou formação em nível tecnológico foi inserida. Ressaltou que, caso não seja possível capacitar profissionais e preencher as 30 vagas disponíveis, essa alternativa poderá ser considerada.

O Senhor Gustavo Burle reconheceu a dificuldade dos pescadores no preenchimento de dados, mas ressaltou a necessidade do observador ter resistência ao mar, destacando que a experiência marítima é fundamental. Mencionou que não



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

é fácil para alguém sem vivência no mar enfrentar uma viagem de 20 dias. Diante disso, sugeriu a exigência de, pelo menos, uma experiência prévia de 15 dias.

O Senhor Paulo Travassos mencionou a dificuldade de viabilizar essa capacitação no mar, devido aos altos custos envolvidos com os dias de embarque. No entanto, afirmou que essa possibilidade será avaliada.

3.6.3. Apresentação - Indústrias Conserveiras (SINDIPI)

O Senhor Jonathan (NauTerra) explicou o processo de classificação do pescado, destacando que, na NauTerra, 100% dos atuns recebidos passam por esse procedimento. Além disso, apresentou o contexto do mercado, abordando a produção potencial, a composição de dados do setor, análises das compras da empresa e a estratificação por espécies, região e frota.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, elogiou a apresentação e a organização dos dados. Destacou o potencial de rastrear e cruzar as informações do mapa de bordo com os dados do pescado processado pela empresa, permitindo a identificação de diferenças entre o que é reportado no mapa de bordo e o que é efetivamente processado. Ressaltou que essa análise poderia contribuir para reduzir a incerteza relacionada aos mapas de bordo, um desafio não exclusivo do Brasil. Mencionou que, na Espanha, a diferença entre o que é reportado no mapa de bordo e o que é efetivamente pesado não pode ultrapassar 10%, sendo o mestre da embarcação responsável por registrar com precisão os dados. O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, questionou a origem do dado de 60.000 toneladas mencionado como produção potencial no mercado brasileiro. Além disso, perguntou se a produção de 24.000 toneladas de skipjack se refere a um ano específico ou se é uma média de um período.

O Senhor Jonathan (NauTerra) esclareceu que o valor de 24.000 toneladas corresponde à média de um período e informou que o dado de produção potencial foi extraído do CPG.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, questionou se as informações de mercado processadas são baseadas nos dados da ICCAT e o Senhor Jonathan Moraes (NauTerra) confirmou.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Em seguida, o Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, mencionou que as médias anuais de produção do skipjack corroboram com períodos de superprodução. Quanto à possibilidade de extração pelo total de embarcações no RGP, esclareceu que essa não é a questão, pois o MPA busca a melhor estimativa para identificar as embarcações ativas. Para isso, são utilizadas diversas ferramentas, como o PREPS e a entrega do mapa de bordo.

O Senhor Jonathan (NauTerra) esclareceu que, nos anos de 2011 e 2012, a produção correspondia a 50% dos níveis atuais e a necessidade também. Mencionou que entre 95% e 100% do skipjack é destinado à exportação ou às indústrias conserveiras e questionou se o Secretário concordava com essa afirmação.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, respondeu que não poderia afirmar, pois não há estudos que confirmem essa informação. Destacou a necessidade de um levantamento para identificar o destino final do skipjack, pois acredita que uma parte da produção pode ser comercializada em feiras locais. Além disso, questionou a necessidade de determinar quem realizou esse monitoramento, de que forma os dados foram obtidos e registrados, e quais os critérios utilizados para afirmar que apenas 5% teriam outro destino.

O Senhor Jonathan (NauTerra) explicou que, ao mencionar que 75% a 80% da destinação das capturas vão para as indústrias conserveiras, está incluindo tanto o atum quanto o skipjack. Ele esclareceu que esse percentual foi estimado a partir da análise dos cinco principais pleitos do setor. Com base nessas informações de mercado, concluiu que entre 75% e 80% de toda a produção de atum e bonito-listrado é direcionada para as indústrias de processamento.

O Senhor Jonathan (NauTerra) destacou a importância de tratar os dados de forma a apresentar o número de embarcações ativas e quantas empresas são auditáveis, operando com os devidos registros fiscais dentro de uma linha de compliance. Ressaltou que esses dados devem ser organizados e comparados com os números da produção anual do Brasil. Além disso, enfatizou que há uma grande quantidade de informações disponíveis e que estas devem ser priorizadas.

Um participante não identificado (Luiz) mencionou que representa uma empresa de pequeno porte e destacou que, mesmo em empresas menores,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

conseguem reportar esses dados ao MPA de forma detalhada. Ressaltou a obrigatoriedade do cadastro das indústrias no RGP e a necessidade de controle de qualidade, com a presença de veterinários e engenheiros de pesca dentro das empresas.

Sobre o destino final do pescado, afirmou que, independentemente de ser direcionado para feiras ou exportação, todo o produto passa pela indústria, o que possibilita a obtenção de dados reais sobre o mercado brasileiro e as capturas. Sugeriu que as indústrias cadastradas no RGP sejam obrigadas a apresentar estatísticas até uma data limite, sob pena de multa, de forma semelhante ao que já ocorre com as embarcações.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, elogiou a sugestão do Senhor Luiz e mencionou que está sendo criada uma ferramenta para facilitar esse reporte de informações.

Um participante não identificado (Luiz) sugeriu que o MPA entrasse em contato com as indústrias para entender quais são as dificuldades. Sugeriu também um grupo de trabalho com pequenas e grandes indústrias para contribuírem nesse processo.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, mencionou a dificuldade de realizar uma pesquisa abrangente com todas as empresas devido à equipe reduzida. Como alternativa, sugeriu que a consulta fosse conduzida no âmbito do CONAPE, permitindo que todas as entidades envolvidas fossem consultadas.

Um participante não identificado relatou a dificuldade na classificação do pescado, mesmo quando realizada por profissionais treinados. Destacou que, em termos de quantidade, há uma margem de variação relativamente pequena, tanto para mais quanto para menos. No entanto, enfatizou que a classificação em si representa um grande desafio.

O Senhor Rivetla Édipo, membro da coordenação do CPG, mencionou que o MPA analisará a forma como será estruturado o sistema para organizar essas informações. Destacou a obrigatoriedade do MAPA de produção para a indústria, ressaltando que essa exigência gerou muitas dúvidas sobre a responsabilidade pelo reporte.



Um membro não identificado ressaltou a importância de desenvolver um modelo de hipótese de aquisição de compra, destacando que a produção inclui o pescado beneficiado proveniente da importação, o que eleva o índice de produção.

3.7. PROPOSTA DE MEDIDAS DE ORDENAMENTO, REGISTRO E MONITORAMENTO PARA 2025 (apresentação) - Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

3.7.1. Cota de albacora-bandolim para o ano de 2025

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, apresentou o limite de captura estabelecido para 2025, fixado em 6.286,87 toneladas. Além disso, relembrou o histórico das discussões na ICCAT e destacou o plano de devolução do excedente do Brasil, aprovado em 2024, que prevê o parcelamento do desconto ao longo de quatro anos. Relembrou que a portaria será publicada em janeiro de 2025.

3.7.2. Alocação da cota de albacora-bandolim para o ano de 2025

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, mencionou que, para a cota estabelecida para o ano de 2024, o MPA solicitou ao setor o envio de propostas sobre a alocação da cota entre as modalidades de pesca. Além disso, apresentou a metodologia utilizada em 2024 para essa distribuição, destacando que foi uma abordagem validada e proposta dentro do CPG. O Senhor Rivetla Édipo afirmou que a intenção é manter a metodologia para o próximo período e que sugestões serão aceitas e analisadas.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) questionou a viabilidade de determinar uma reserva para ajustes no final do ano, considerando essa abordagem mais vantajosa do que a transferência de cota entre modalidades.

SINDIPI manifestou preocupação com a possibilidade de extrapolação da cota do espinhel em 2024 já na próxima semana, o que poderia resultar na interrupção da captura.

O Senhor Rivetla Édipo garantiu que a frota não será paralisada, pois a portaria elaborada conjuntamente entre o MMA e o MPA já está em trâmite na consultoria



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

jurídica para publicação. Além disso, reforçou a necessidade de os participantes focarem na discussão sobre a cota de 2025.

O Senhor Giovani Monteiro (PESCA BR) concordou com o Senhor Cadu Vilaça e mencionou a reserva como uma forma de evitar conflitos entre as modalidades.

O representante do SINDIFRIO afirmou não ver necessidade na definição de uma reserva maior, pois a reserva já existe conforme apresentado pelo MPA. Argumentou que o fato de a modalidade de cardume associado ter capturado menos em 2024 não justifica uma mudança na alocação entre as modalidades. Além disso, expressou sua opinião de que o rateio para 2025 deve seguir o mesmo critério adotado em 2024. Mencionou que caso ocorra a necessidade de rever a distribuição, é possível realizar discussões com calma como foi feito em 2024.

O Senhor Giovani Monteiro (PESCA-BR) solicitou que a pesca na região Sudeste e Sul (20°S) fosse contemplada e não fosse interrompida, considerando que a captura no espinhel, nessa época do ano, é insignificante. Destacou que os pescadores da região capturam espadarte e tubarões e que, em dezembro, a pesca no Sul é composta predominantemente por peixe-prego, representando cerca de 90% das capturas. Mencionou ainda que a FURG possui esses dados, os quais já foram apresentados pelo ICMBio.

O Senhor Ulysses (APEDI) parabenizou toda a equipe e o professor Paulo Travassos. Destacou que, em diversos CPGs, foi ressaltada a necessidade de alinhamento entre a equipe de pesquisa e o setor pesqueiro para garantir um monitoramento eficiente. Relatou uma situação em que uma embarcação de pesca do Espírito Santo recebeu um observador de bordo de forma que o agente de monitoramento acompanhasse de perto o trabalho realizado com respeito e seriedade e verificasse que o descarte é feito de forma adequada.

Solicitou que os órgãos responsáveis realizassem um trabalho para liberação das espécies que estão aptas para captura, enfatizando a importância para os pescadores, considerando a economia um fator essencial na sustentabilidade da pesca. Elogiou os estudos que refletem a realidade do setor e afirmou que o setor está à disposição para contribuir. Por fim, destacou a importância de os pescadores compreenderem que a presença de um observador de bordo não tem o objetivo de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

prejudicar a pesca, mas sim de contribuir para a elaboração de planejamentos estratégicos e trabalhos que podem auxiliar na liberação de captura de espécies que estão proibidas.

O Senhor Rivetla Édipo perguntou se a APEDI está de acordo com a proposta de alocação de cota. O Senhor Ulysses Raposo (APEDI) afirmou.

O Senhor Torquato Pontes mencionou a penalização da pesca da frota de espinhel de superfície na região Sul e disse ser um pleito imprescindível e relatou que existem dados do perfil da captura especialmente no final do ano.

O Senhor Miquéias Carvalho (APAI PESCA) relatou que a pesca não pode parar ao atingir a cota e mencionou que a APAI PESCA está de acordo com a proposta e com a realocação da cota.

3.7.3. Medidas de monitoramento e controle para o ano de 2025

3.8. DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA DE MEDIDAS DE ORDENAMENTO, MONITORAMENTO E CONTROLE PARA 2025

04 DE DEZEMBRO DE 2024

3.9. DEVOLUTIVA PARCIAL DO TED MPA-FURG SOBRE TUBARÃO-AZUL (informação) - (MPA)

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, apresentou informações sobre o TED firmado entre o MPA e a FURG, referente ao monitoramento do tubarão-azul. Durante a apresentação, detalhou o funcionamento das ações de monitoramento, que incluem observadores de bordo, amostragens biológicas e o monitoramento censitário dos desembarques. O Secretário, Senhor Luiz Gustavo Cardoso, realizou uma devolutiva dos resultados obtidos entre 2018 e 2022, destacando o número de viagens realizadas, a quantidade de cadernos de bordo preenchidos, as atividades dos observadores de bordo e os dados das amostragens biológicas, incluindo o número de indivíduos medidos, discriminados por sexo (machos e fêmeas), além de vértebras



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

coletadas e tecidos de estômagos e gônadas analisados. Também apresentou a área de pesca da frota monitorada, a densidade das capturas e a distribuição dos lances de pesca. Por fim, exibiu os dados de desembarques totais e as receitas geradas pela frota de espinhel pelágico em 2024, considerando as receitas provenientes da primeira comercialização do pescado, sem levar em conta a agregação de valor decorrente de processamento ou comercialização no mercado interno.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) informou que o ICMBIO Grandes Unidades Oceânicas oferece apoio para a expansão do projeto para Natal pois dispõe de funcionários e recursos para adquirir materiais de amostragem, além de expressar satisfação com a possibilidade de contribuir para a ampliação do projeto. Relatou que, na ciência, utiliza-se o termo "comprimento", enquanto os mestres e as lideranças do setor empregam o termo "peso eviscerado e descabeçado estimado". Diante disso, sugeriu que, nas apresentações, seja incluído um gráfico equivalente ao de comprimento, mas utilizando o termo "peso eviscerado e descabeçado", especialmente quando forem discutidos os tamanhos de juvenis que devem ser descartados.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, agradeceu e afirmou que conversaria com a Senhora Mônica sobre a manifestação de interesse em oferecer apoio. Além disso, concordou com a sugestão de utilizar o termo "peso eviscerado e descabeçado" nas apresentações. O Senhor Luiz Gustavo sugeriu, como prioridade do projeto, a elaboração de uma equação relacionando o comprimento ao peso, ressaltando que os dados existentes provavelmente são suficientes para construir o modelo, permitindo que os resultados sejam sempre apresentados também em termos de peso.

O Senhor Giovani Monteiro (PESCA/BR) declarou ser admirador do projeto, destacando que a ciência deve caminhar junto com o setor produtivo. Ressaltou que este é um projeto piloto que deveria ser expandido para todo o Brasil, enfatizando que a pesca deve ser sustentável e que ninguém tem interesse em esgotar os recursos. Giovani mencionou que o Brasil captura cerca de 10% de tudo o que é pescado no



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Atlântico, o que, segundo ele, evidencia o comprometimento e a seriedade do setor. Também destacou as sugestões de controle propostas pelo setor aos órgãos fiscalizadores e ao MPA.

O Senhor Giovani Monteiro (PESCA/BR) lamentou a demora nas discussões em relação à normativa, o que resultou na perda de um ano sem controle efetivo, e enfatizou a extrema necessidade de regulamentar a pesca do tubarão-azul, além do espadarte, que apresenta um risco ainda maior. Comentou que a pescaria do peixe-prego tornou-se muito atrativa financeiramente e criticou a insistência de alguns órgãos em direcionar a pesca, argumentando que é inviável operar barcos de espinhel com a captura exclusiva de atum, espadarte ou tubarão.

Adicionalmente, destacou as diferenças significativas entre as pescarias realizadas no Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil e apontou a necessidade de retirar a espécie tubarão-azul da lista de espécies ameaçadas de extinção do SEMA-RS. Explicou que, apesar de não constar na lista nacional, sua inclusão na lista estadual gera multas para armadores do Sul e causa insegurança jurídica. Por fim, fez um apelo pela unificação das permissões de pesca.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, destacou que, tanto na publicação de relatórios trimestrais quanto nas primeiras versões do plano de gestão, o primeiro passo é reavaliar a espécie a nível estadual. Essa reavaliação permitiria compreender a relevância de se aplicar uma avaliação de uma espécie de distribuição oceânica em nível regional. Ressaltou que, diante de todos os questionamentos, acredita que especialistas poderiam se reunir para discutir e resolver a insegurança jurídica gerada.

Explicou que nos relatórios do projeto há uma demonstração de que os dados utilizados na avaliação regional mostraram uma queda de 40% no rendimento, o que resultou no agrupamento das informações. Esclareceu que essa queda de rendimento, ou seja, a diminuição da captura do tubarão-azul por viagem de espinhel, ocorreu devido a uma mudança no direcionamento da frota, que passou a focar mais



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

em outras espécies, o que acabou reduzindo os rendimentos da pescaria do tubarão-azul.

Disse que essa diminuição foi demonstrada de acordo com a mesma metodologia usada para a avaliação a nível estadual, com base nos novos dados coletados

O Senhor Cadu Villaça (CONEPE) destacou que o tema é de grande relevância, pois o melhor ordenamento é fundamentado na melhor ciência. Enfatizou a importância do aspecto econômico, que muitas vezes é difícil de ser compreendido pela ciência, e a necessidade dos pescadores de realizar suas atividades pesqueiras. Perguntou se, ao calcular o faturamento, a venda da aba está incluída. O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, confirmou que sim.

O Senhor Cadu Villaça (CONEPE) comentou que, ao analisar o mapa de calor, percebeu que ele abrange as duas frotas, mas observou algumas distinções. Notou uma diferença, com fêmeas um pouco maiores e outras um pouco menores, nos desembarques de Santa Catarina em comparação ao Rio Grande do Sul. No entanto, mencionou que, ao verificar a contagem, não conseguiu perceber essa distinção nas embarcações que desembarcam em Santa Catarina.

Por fim, falou sobre a comparação entre o espadarte e o tubarão-azul, mencionando que, embora se fale em abundância, acredita que, na biologia, também é importante considerar a resiliência das espécies.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, esclareceu que não é uma espécie tão valiosa, embora venha em grande quantidade ajuda a pagar os custos. Sobre as duas frotas respondeu que pode ser feita essa apresentação mostrando a distinção em outro momento. Mencionou que a abundância reflete esses processos, pois é o reflexo da sobrevivência das taxas reprodutivas, ou seja, as atividades reprodutivas colocam novos indivíduos na população. Explicou que o crescimento e a sobrevivência estão relacionados a resiliência.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Jonathan (SINDIPI) pediu esclarecimentos sobre o valor da média de captura. O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, esclareceu que a média foi de 30.000 t para o Atlântico Sul e 3.000 t para o Brasil. O senhor Jonathan (SINDIPI) observou que, graficamente, a captura aparenta ser maior para machos do que para fêmeas, manifestando preocupação com o impacto desse cenário no processo reprodutivo. Questionou, com base no estudo, qual o tempo necessário para que machos e fêmeas atinjam a idade reprodutiva.

Em resposta, o Secretário, senhor Luis Gustavo Cardoso, explicou que a literatura indica que as fêmeas são mais sensíveis e desempenham um papel fundamental para a manutenção das espécies, pois vários machos podem se relacionar com uma única fêmea. Explicou que os machos são mais resilientes, o que tornaria mais adequado, do ponto de vista da exploração, priorizar a captura de machos. Também ressaltou que os juvenis são sensíveis e esclareceu que a primeira maturação ocorre entre quatro e seis anos de idade.

O senhor Gilberto Sales (MMA) questionou se há dados sobre os valores de primeira venda tanto da carne quanto das barbatanas. Também indagou sobre as demais espécies de elasmobrânquios amostradas, perguntando se a coleta dos dados ocorreu a bordo ou no desembarque e se houve algum acordo com as indústrias para obtenção dessas informações. Perguntou sobre a viabilidade de agrupar as duas frotas, considerando que, apesar de desembarcarem em locais distintos, operam na mesma área e utilizam os mesmos petrechos. Por fim, sugeriu que a região Nordeste fosse analisada separadamente.

O senhor Luis Gustavo Cardoso ressaltou que existem dados sobre os valores, os quais podem ser analisados. Em relação às demais espécies, esclareceu que a única espécie amostrada foi o anequim, cujas coletas foram encerradas em maio de 2023, quando a captura da espécie foi proibida.

Explicou que as frotas foram apresentadas separadamente para demonstrar que ambas operam na mesma área, permitindo, posteriormente, o agrupamento.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O senhor Thiago (SFA-CE) questionou se há alguma estimativa do tamanho de captura e se existe alguma discussão sobre essa questão em relação às espécies que ocorrem na região do Atlântico. O Secretário, senhor Luis Gustavo Cardoso, respondeu que não há um limite estabelecido para o tamanho de captura e destacou que a implementação de uma medida desse tipo requer uma avaliação criteriosa, considerando a capacidade de fiscalização, a efetividade e a resiliência da espécie.

Mencionou a maior probabilidade de sobrevivência pós-soltura do tubarão-azul em comparação com outras espécies, mas esclareceu que essa questão deve ser analisada de acordo com o tamanho dos indivíduos. Falou da possibilidade de compreender os habitats preferenciais das fases juvenis e estabelecer o fechamento dessas áreas para a pesca. No entanto, enfatizou que essa é uma medida complexa. Também mencionou a iniciativa de marcação da espécie, que consiste na captura de tubarões vivos a bordo para a instalação de transmissores via satélite, permitindo o rastreamento dos indivíduos por um período de 34 meses. Complementou que o objetivo dessa ação é compreender os padrões de movimento da espécie e falou do esforço para marcar tubarões em diferentes fases da vida, para entender melhor o funcionamento da população. Finalizou dizendo que a análise a longo prazo permite entender qual fase está sendo afetado pela pesca.

Ressaltou a necessidade de avanços na pesquisa, com destaque para um estudo sobre microquímica. A partir dessa abordagem, espera-se compreender verificar se todas as amostras possuem uma área em comum, compartilhando as mesmas características microquímicas.

Miqueias Carvalho (APAI PESCA) reforçou o pedido já feito anteriormente para inclusão do tubarão-azul e peixe prego como espécies alvo e relatou que no Espírito Santo existem embarcações ideais para o trabalho de pesquisa.

A Senhora Mariana Martins, Secretaria adjunta, disse que a questão seria avaliada.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O senhor Francisco Marcante questionou quais dados sobre a produção de tubarão-azul nas regiões Nordeste e Sudeste são enviados à ICCAT. Perguntou se há estatísticas sobre a captura nessas regiões. Também destacou que a elevação do Rio Grande foi integrada à ZEE brasileira, tornando o Brasil ainda mais relevante em tubarão-azul, por se tratar de um importante berçário da espécie.

O Secretário, senhor Luis Gustavo Cardoso, informou que a metodologia enviada à ICCAT permanece a mesma há anos e já foi apresentada no CPG. Disse não saber se os dados são discriminados por região.

Sobre a elevação do Rio Grande, esclareceu que apenas o leito marinho foi integrado à ZEE, enquanto as águas pelágicas ainda são internacionais. Destacou que não há evidências científicas de que a região seja um berçário e que os estudos existentes apresentam uma amostragem direcionada. Disse ser importante manter os padrões científicos e que as decisões se baseiem em amostras representativas.

O senhor Paulo Travassos esclareceu que os dados de captura total do tubarão-azul são enviados anualmente e estão disponíveis no site da ICCAT, porém não são distribuídos por região, sendo essa uma demanda antiga para diversas espécies. Indicou que, em teoria, metade das capturas ocorre no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, enquanto o restante seria das demais regiões, mas não poderia confirmar. Explicou que, por meio da subtração dos dados apresentados por Gustavo do total de captura, é possível estimar o quantitativo da frota.

A senhora Rosângela parabenizou a apresentação, mas afirmou que esperava uma abordagem sobre a distribuição do tubarão-azul em todo o Brasil. Destacou que, da forma apresentada, a visão é regional, não abrangendo a pesca no país como um todo. Sugeriu uma nova apresentação com dados nacionais para maior informação. Defendeu a adoção de medidas para evitar a captura de juvenis e fêmeas grandes. Questionou o tamanho de nascimento de 62 cm por considerá-lo incompatível com a realidade. Comentou sobre os dados de captura de espécies-alvo na Austrália,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

sugerindo que as informações apresentadas refletem capturas costeiras da frota artesanal.

O Secretário Luis Gustavo Cardoso afirmou que a primeira questão poderá ser respondida no próximo ano, com base nos dados fornecidos pela senhora Monica Brick Peres (ICMBio) e pelo projeto do professor Paulo Travassos, permitindo uma melhor compreensão dos processos ao longo de toda a costa.

Sobre o tamanho, corrigiu um equívoco e esclareceu que o valor correto é aproximadamente 35 cm. Destacou que a alta presença de juvenis pode indicar um alto recrutamento da população e muitos adultos reproduzindo, o que sugere que a biomassa adulta é suficiente para a reposição.

Mencionou um debate na ICCAT sobre a ausência de grandes fêmeas de tubarões-anequins, associada à sobreposição espacial das pescarias com a distribuição da espécie. A principal hipótese é que essas fêmeas não sobrevivem até tamanhos maiores devido à mortalidade por pesca. No entanto, a presença expressiva de juvenis, especialmente no caso do mako, que possui menor número de filhotes por ciclo reprodutivo, sugere que essas fêmeas existem, mas podem não estar em áreas coincidentes com as zonas de atuação da frota.

Explicou que, no caso do tubarão-azul, a frota atua sobre juvenis, o que indica que esses indivíduos estão sendo recrutados a partir de uma fonte reprodutiva. Diante disso, destacou a importância de estudos para identificar habitats essenciais às fases mais críticas do ciclo de vida da espécie e, com base nesses dados, propor medidas de proteção internacional para essas áreas.

Além disso, abordou que o desenvolvimento de estratégias para reduzir a captura de fêmeas maiores devem garantir que, caso sejam liberadas, tenham probabilidade de sobrevivência. Ressaltou que tais medidas são complexas e exigem uma abordagem integrada, considerando todo o arranjo da gestão pesqueira.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Rosângela relatou a observação de uma grande quantidade de juvenis e fêmeas grávidas na região da Elevação do Rio Grande e do talude continental, destacando que essa ocorrência já foi registrada em estudos anteriores. Ressaltou a necessidade de aprofundar a discussão sobre o tema.

O Secretário Luis Gustavo Cardoso mencionou que o exemplo da Austrália foi para ilustrar estratégias adotadas por outros países, esclarecendo que não fez distinção entre pescarias costeiras e oceânicas. Sobre a Elevação do Rio Grande, afirmou que essa ocorrência não é exclusiva da região, sendo registrada com maior abundância em áreas mais ao sul, especialmente nas proximidades do Uruguai e da Argentina. Citou um estudo que identifica a presença de fêmeas em estágio avançado de gestação em todo o Atlântico Sul, ressaltando a importância de uma amostragem representativa para embasar conclusões.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) informou que o ICMBio Grandes Unidades Oceânicas já analisou mais de 2.000 mapas de bordo recebidos entre 2018 e 2024. Desses, 683 eram referentes à pesca com longline, e 274 continham registros de descarte, sendo apenas 30 com descarte específico de tubarão-azul.

Detalhou que no total, os 30 mapas de bordo com registros de descarte apontam 1.687 indivíduos vivos e 1.343 mortos, o que indica que 44% dos tubarões registrados já estavam mortos no momento do descarte. Destacou que os indivíduos vivos descartados possuem uma taxa de sobrevivência que foi mencionada pelo Professor Gustavo.

Além disso, mencionou o monitoramento por câmeras em dois barcos. A análise das imagens avaliou tubarões-azuis imóveis e aqueles que ainda se debatiam, sendo essa a única forma de observação por vídeo. Relatou que os dados indicaram que a proporção de indivíduos que chegam ao convés já mortos é semelhante à registrada nos mapas de bordo, variando entre 40% e 50%. Diante dessas informações, solicitou atenção na discussão das medidas de devolução dos indivíduos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, agradeceu as informações e afirmou que as áreas técnicas do MMA e MPA estão considerando a sobrevivência pós-descarte nas discussões técnicas.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) esclareceu que a ausência da espécie no comércio ou no porto não implica necessariamente em sua proteção. Além disso, ressaltou que a falta de registros nos dados de descarte não significa, por si só, que a situação está sob controle.

O Senhor Jonathan Moraes (CONEPE) agradeceu à Senhora Mônica Brick Peres e mencionou que o setor pesqueiro tem se aproximado cada vez mais dos estudos técnicos e científicos, e citou a colaboração com os observadores de bordo. Reafirmou o compromisso do setor em apoiar análises e pesquisas sempre que necessário. Citou o caso da empresa Kowalsky, frequentemente criticada, e ressaltou a necessidade de fortalecer a cooperação entre o setor produtivo, comunidade científica e os órgãos.

O Senhor Gilberto Salles mencionou a composição genética da tartaruga-marinha Caretta caretta e destacou um padrão aparente de deslocamento, migração e convivência entre essas tartarugas e os tubarões-azuis. Com base em sua experiência acompanhando frotas, relatou que, quando um tubarão-azul é capturado, frequentemente é aplicada uma incisão no animal antes do embarque, visando garantir que chegue morto ao convés. Destacou que o descarte só teria eficácia se realizado antes do embarque, com o corte da linha ainda na água, utilizando equipamentos já obrigatórios para a proteção de tartarugas, como o Counter Line.

O Secretário Luis Gustavo Cardoso esclareceu que, no Sul, essa prática de incisão ocorre após o tubarão ser embarcado. Reforçou que a questão levantada pela Senhora Mônica Brick Peres se refere à proporção de tubarões que já chegam vivos ou mortos ao convés, antes mesmo de qualquer interferência da tripulação.

A Senhora Mônica Brick Peres explicou que os mapas de bordo registram apenas as informações fornecidas pelos mestres das embarcações, sem detalhar as



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

circunstâncias exatas da captura. Entretanto, as imagens das câmeras instaladas em algumas embarcações permitem observar se os tubarões estavam vivos no momento da soltura após o corte da linha, se chegaram vivos ao convés antes da devolução ou se foram retidos a bordo. Relatou que, a partir da análise dessas imagens, é possível identificar animais imóveis ou se debatendo no convés. Ressaltou que, segundo revisão bibliográfica, muitos indivíduos ainda apresentam algum movimento, mas já estão debilitados, o que pode estar relacionado ao tempo decorrido entre a captura no anzol e o recolhimento da linha.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) destacou a participação do setor nos recém-formados Comitês de Gestão das Grandes APAs Marinhas, ressaltando a relevância desses fóruns para os temas em discussão. Enfatizou a importância da ciência e do fortalecimento das parcerias, bem como a necessidade de alinhamento entre as ações do poder público e da comunidade científica.

O Senhor Ulysses Raposo (APEDI) mencionou a frota de Itaipava e destacou que o sucesso da pesca está diretamente ligado ao fortalecimento das relações entre os diferentes atores do setor. Citou como exemplo embarcações do Espírito Santo que já colaboraram levando observadores a bordo e manifestou disposição para contribuir com a implementação de câmeras a bordo, reconhecendo, contudo, que essas não substituem completamente os observadores devido à complexidade da pesca em alto-mar. Colocou-se à disposição, em nome da APEDI, para colaborar com o MPA em iniciativas que promovam o bem-estar da pesca.

Além disso, questionou a viabilidade de estabelecer parcerias com instituições vinculadas ao governo, como escolas, para destinar os peixes mortos que seriam descartados no mar. Ressaltou que essa é a percepção de muitos pescadores, que não concordam com o descarte de peixes mortos.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, ressaltou a importância da discussão, já abordada anteriormente com o ICMBio e o IBAMA no âmbito dos CPGs. Mencionou o Grupo Técnico das Espécies Ameaçadas, destacando que uma análise



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

nesse contexto seria relevante. No entanto, esclareceu que ainda não há uma resposta definitiva para a questão levantada.

O Senhor José Kowalsky enfatizou que os pescadores continuam capturando grandes quantidades de tubarão-azul, enquanto a pesca de meca, espécie-alvo, permanece reduzida. Relatou que, em média, são capturados entre 50 e 100 peças de meca por viagem, enquanto o número de tubarões-azuis varia entre 700 e 800, o que, em sua visão, demonstra um erro. Mencionou ainda a insegurança jurídica enfrentada pelo setor e afirmou que gostaria que a captura fosse inversa, com maior captura de meca e menor de tubarão.

Destacou também a presença de embarcações estrangeiras pescando em alto-mar ao lado de barcos brasileiros, operando de formas distintas e em horários variados. Segundo ele, os pescadores brasileiros frequentemente enfrentam zombarias, pois precisam interromper a pesca e aguardar a largada noturna.

Além disso, relatou que as importações de tubarão-azul seguem ocorrendo normalmente no Brasil, enquanto as exportações de barbatanas e do próprio tubarão estão inviabilizadas devido à não emissão do NDF (Non-Detriment Finding). Explicou que os pescadores estão sendo prejudicados, pois não há compradores para as barbatanas. Como exemplo, citou que os últimos dois barcos que descarregaram suas capturas mantiveram as barbatanas armazenadas em câmara fria, sem perspectiva de venda. Segundo ele, os compradores, que inicialmente aguardavam a liberação do NDF, desistiram de novos investimentos devido à incerteza da emissão do documento.

Diante desse cenário, solicitou que o CPG desse atenção à questão com urgência, ressaltando a complexidade da situação e a necessidade de uma solução rápida para evitar maiores prejuízos ao setor pesqueiro. Afirmou que, se depender do IBAMA, a emissão do NDF nunca ocorrerá e destacou a necessidade de uma postura firme por parte das autoridades. Defendeu que o MPA e o MMA, como gestores responsáveis, deveriam tomar a iniciativa para resolver a questão.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, esclareceu que o MPA mantém diálogo com o IBAMA sobre o NDF, buscando acompanhar o andamento do processo. Explicou ainda que representantes do órgão não puderam estar presentes na reunião.

3.10. PROPOSTA DE MEDIDAS DE ORDENAMENTO TUBARÃO-AZUL PARA 2025 - Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, apresentou a proposta de medidas de ordenamento para o tubarão-azul para o ano de 2025, elaboradas a partir das discussões iniciadas nas reuniões ordinárias do CPG realizadas em Natal/RN e Vitória/ES, bem como em reuniões extraordinárias. Destacou que as medidas foram aprimoradas em conjunto pelas áreas técnicas do MPA e do MMA, considerando os debates e contribuições das partes envolvidas.

A Senhora Mônica Brick Peres questionou quais seriam as modalidades de permissionamento consideradas. Em resposta, a Secretária Adjunta, Mariana Martins, esclareceu que o tubarão-azul e o prego seriam adicionados como espécies alvo das modalidades 1.1 e 1.2. Explicou que foi realizada uma análise da composição das capturas dessas frotas ao longo dos últimos anos e que, com base nos dados apresentados pelo ICMBio durante as discussões, o MPA e o MMA concluíram que essas frotas possuem a maior proporção no desembarque, o que justifica a necessidade de medidas específicas para seu ordenamento.

O Senhor Gilberto Gallucci (MMA) abordou o novo cenário de gestão e conservação do tubarão-azul, destacando que as discussões entre ICMBio e MMA estão inseridas em um contexto mais amplo de uso sustentável e conservação dos elasmobrânquios. Explicou que, desde o ano passado, quando a ICCAT aprovou uma cota para o Brasil, houve uma mudança significativa na gestão da espécie, baseada em avaliações robustas de estoque, apresentadas pelo Professor Gustavo. Explicou que essa nova abordagem coloca o Brasil em um patamar diferente de gestão da espécie, permitindo a implementação de medidas de ordenamento eficazes.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Mencionou a publicação da Portaria Interministerial nº 10, que estabelece um limite nacional de captura para o tubarão-azul, destacando que, em anos anteriores, não havia limite, nem medidas adicionais de controle, monitoramento e ordenamento. Assim, ressaltou que o conjunto de medidas apresentadas pelo MPA, embasadas em discussões técnicas e consultas ao setor pesqueiro, representam um avanço na conciliação entre a exploração sustentável da espécie e a conservação dos estoques em níveis saudáveis.

Gallucci citou como exemplo o processo de gestão da lagosta, no qual foi adotado um formulário de declaração de entrada de empresa em conjunto com o setor pesqueiro, medida que recebeu elogios e contribuiu para aprimorar a gestão. Informou que, de maneira semelhante, está sendo desenvolvido um formulário de declaração de entrada para empresas pesqueiras no contexto do tubarão-azul. Destacou que a adoção de cotas é um processo dinâmico, que deve ser acompanhado de monitoramento e aprimoramento das medidas, conforme novos dados forem sendo reportados.

O Senhor Gilberto Salles (MMA) acrescentou que foi realizada uma consulta em Itajaí, onde diversas visões do setor foram recebidas e incorporadas ao processo. Além das medidas de ordenamento, mencionou que foi proposta uma pesquisa em parceria com a Professora Daniele Monteiro, da FURG, via TED, com dois objetivos principais: testar o uso de estropos de aço e nylon e ter dados estatísticos sobre o uso e criar um observatório de bycatch, com a finalidade de estruturar um espaço institucional. O Senhor Gilberto Salles (MMA) ressaltou que o tubarão-azul é a espécie menos preocupante entre os elasmobrânquios capturados pelo espinhel pelágico e destacou que a ideia é utilizar os resultados do estudo também para outras espécies. Além disso, mencionou a possibilidade de integrar essa medida com outros grupos, como tartarugas marinhas, ampliando sua aplicabilidade no contexto da conservação marinha.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Paulo Travassos, Coordenador do GTC, parabenizou as iniciativas e colocou à disposição os pesquisadores do BTC, reforçando o interesse do grupo em contribuir com as análises e aprimoramento das medidas.

A Senhora Rosângela manifestou preocupação quanto à eficácia da medida na proteção de indivíduos menores, afirmando que o peso mínimo estabelecido de 7 kg para o tubarão-azul é muito baixo. Questionou quais critérios foram adotados, uma vez que análises indicam que a maior influência na sustentabilidade populacional ocorre nos indivíduos pré-adultos. Destacou que, com esse limite, a captura ainda vai incluir indivíduos pequenos, o que pode comprometer a conservação da espécie. Diante disso, indagou como esse valor foi definido e por que está sendo considerado adequado, sugerindo que a decisão tenha sido baseada principalmente em aspectos da pesca, e não na sustentabilidade biológica do tubarão-azul.

Além disso, expressou preocupação com a fiscalização da cota, ressaltando que o Brasil enfrenta dificuldades nesse aspecto.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, esclareceu que a definição do peso de 14 kg foi uma sugestão técnica, considerando a sustentabilidade da atividade pesqueira. Ressaltou que os participantes podem apresentar propostas alternativas. Sobre a cota, explicou que diversos recursos pesqueiros no Brasil já possuem limites estabelecidos, citando como exemplos tainha, lagosta e albacora-bandolim, os quais são monitorados por ferramentas de controle vigentes. Destacou que o MMA e o MPA mantêm um diálogo constante para aprimorar a gestão e implementar novos instrumentos, como a declaração de entrada em empresa pesqueira.

Acrescentou que o sistema de cotas tem passado por melhorias ao longo dos anos, e o objetivo é dar continuidade ao que tem funcionado para outros recursos, aprimorando sempre que necessário. Por fim, reforçou que as cotas para atuns e espécies afins seguem um acordo internacional e que, em caso de ultrapassagem do limite estabelecido, o país pode sofrer sanções, tornando essencial um monitoramento.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) esclareceu que a proposta não foi baseada em critérios técnicos relacionados à primeira maturação, que seria o ideal. Explicou que a definição do peso mínimo foi uma sugestão do setor pesqueiro, considerando o preço de comercialização e refletindo a prática atual no mercado. No entanto, manifestou preocupação sobre a suficiência da medida destacando que a ideia inicial era a devolução dos indivíduos vivos ao mar. Ressaltou que a fiscalização das cotas é um ponto importante e que a norma prevê mecanismos de controle, incluindo monitoramento do desembarque, validações, integração com mapas de bordo e extrações de dados.

Mencionou que também será adotado um método de controle de desembarque por meio das empresas com SIF, medida sugerida pelo setor pesqueiro. Explicou que o MMA está desenvolvendo um sistema para esse controle, citando o modelo utilizado no monitoramento da cota da lagosta, onde cada empresa preenche um formulário ao receber o produto, que é armazenado em um banco de dados do Ministério do Meio Ambiente. Esse banco de dados é posteriormente exportado para Excel e conferido com as notas fiscais.

Relembrou que todos os tubarões-azuis devem passar por uma empresa com SIF ou uma empresa terceirizada credenciada para controle. Explicou que o sistema de declaração ao Ibama, que inclui informações sobre nadadeiras, peso eviscerado, lote, data e origem da captura, já está consolidado em todas as regiões do Brasil. No caso de empresas terceirizadas credenciadas, estas podem receber os tubarões, mas o corte das nadadeiras só pode ser realizado em uma empresa com SIF. Após o processamento, a empresa com SIF devolve as nadadeiras e o charuto ao dono da embarcação, permitindo a venda para diferentes compradores.

Diante dessas informações, afirmou que o sistema de controle está bem estruturado, mas destacou que o tamanho mínimo e a devolução dos indivíduos vivos ainda precisam ser discutidos.

A Senhora Rosângela manifestou dúvidas em relação ao critério de 14 kg estabelecido. Em resposta, a Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) esclareceu que o



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

valor corresponde a 140 cm de comprimento furcal e 14 kg de peso total, mas reiterou que não se trata de uma proposta técnica.

A Senhora Rosângela argumentou que, com esse tamanho, o tubarão ainda estaria imaturo. A Senhora Mônica Brick Peres reconheceu essa questão, mas ponderou que a medida já representa um avanço.

Acrescentou que, se pudesse escolher apenas uma medida de proteção para o tubarão-azul, optaria pela cota, considerando que a gestão ideal envolve a integração da cota com outras medidas. Explicou que, por se tratar de um modelo baseado em biomassa, comprehende as preocupações relacionadas ao comprimento dos indivíduos e destacou que seria ideal garantir a proteção das fêmeas, especialmente as maiores e as grávidas. Ressaltou, ainda, que reconhece a necessidade de proteção dos juvenis, mas enfatizou que é fundamental avaliar o que pode ser implementado de forma viável e eficiente.

Igor de Brito (IBAMA) explicou que se trabalha com as ferramentas de controle disponíveis, entendendo que são as necessárias no momento, mas reconheceu que há limitações e que é fundamental progredir dentro das possibilidades.

Salientou que não é possível afirmar que as medidas adotadas para a tainha e a lagosta são eficazes, uma vez que ainda há muitos pontos a serem aprimorados. Mencionou, por exemplo, que mesmo com o controle existente, a lagosta pode ser exportada sem passar por todos os processos necessários.

Afirmou, contudo, que o objetivo não é desqualificar os processos vigentes, mas sim utilizar as ferramentas disponíveis e buscar aprimorá-las continuamente. Diante disso, solicitou o apoio do MMA para viabilizar o compromisso de implementação da frota no sistema de rastreabilidade do pescado, que ainda está em fase de elaboração. Destacou que essa iniciativa poderá aproximar o sistema de um controle mais eficiente do cumprimento das cotas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, concordou com a necessidade de aprimoramento contínuo. Esclareceu que o MMA e o MPA têm como objetivo permanente o aperfeiçoamento das ferramentas de gestão pesqueira, e que avanços já vêm sendo implementados. Mencionou que novas ferramentas estão sendo desenvolvidas para viabilizar a medida de cota com suas medidas acessórias. E disse ser importante o apoio do IBAMA em todos os processos de estabelecimento de cotas independente do recurso.

Acrescentou que a sugestão da Senhora Rosângela, de permitir a retenção apenas de indivíduos mortos acima de 14 kg, enquanto os exemplares vivos seriam liberados, pode ser considerada e modulada na minuta da normativa.

O Senhor Luiz Vieira de França Neto, Secretário Estadual de Pesca do Estado do Ceará, se apresentou e se desculpou por não ter comparecido à abertura do CPG no dia anterior. Explicou que estava tratando de questões relacionadas à importação de camarão do Equador, que apresentava risco sanitário. Relatou que, em parceria com o MPA, o MAPA enviou uma equipe ao Equador, onde foi confirmada a existência do problema, resultando na decisão de barrar as importações. Destacou a importância dessa medida para o estado do Ceará, maior produtor de camarão do país, com 80% da produção proveniente de pequenos produtores, que assim ficam protegidos de possíveis doenças. Deu as boas-vindas aos participantes e enfatizou a orientação do governador Elmano de Freitas de manter um trabalho conjunto com o setor. Ressaltou, ainda, que o estado do Ceará está à disposição para fortalecer essa parceria e impulsionar o desenvolvimento da pesca.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, reforçou o agradecimento do Secretário Executivo, Senhor Rivetla Édipo, no dia anterior, ao estado do Ceará pela recepção e pelo apoio durante duas semanas, em dois CPGs distintos.

O Senhor Gilberto Sales (MMA) relatou uma conversa informal no dia anterior sobre o papel do estado do Ceará na contribuição para a gestão da pesca de forma efetiva, além dos interesses institucionais e políticos. Afirmou que, como ponto de partida, é possível avançar no monitoramento do desembarque, na estatística



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pesqueira e em outras ferramentas que possam fortalecer a gestão federal. Destacou o interesse do MMA e, certamente, do MPA, em aprofundar essa discussão deixando um convite para dar continuidade ao assunto. Exemplificou que existe um termo de cooperação entre Ministério da Pesca e Universidade Federal de Pernambuco para contratar amostradores para atuar nas praias no Ceará.

O Senhor Luiz Vieira de França Neto, Secretário Estadual de Pesca do Estado do Ceará, agradeceu e mencionou que já há conversas internas e projetos em andamento para discutir não apenas a gestão dos atuns e afins, mas também da lagosta. Como exemplo, citou uma parceria com o Pesca Br para a implementação de um projeto-piloto voltado aos mapas de bordo, além da criação de um centro estrutural abrangendo sete regiões, que contemplam os principais municípios pesqueiros do estado.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) parabenizou o avanço das discussões e afirmou não considerar pertinente o debate sobre a captura de juvenis levantado pela Professora Rosângela. Como exemplo, mencionou que atuns são capturados como juvenis em todo o mundo há muito tempo e que a estrutura populacional dessas espécies permite a retirada de uma grande quantidade de indivíduos jovens sem comprometer a sustentabilidade. Ressaltou que não se pode tratar os recursos pesqueiros como um “bicho de pelúcia”, pois são recursos biológicos manejáveis, cuja estrutura populacional continua sendo mantida. Acrescentou que, de acordo com o diagrama de Kobe, a população dos estoques encontra-se em condições sustentáveis.

A Senhora Rosângela rebateu, afirmando que esse não é o caso do tubarão-azul. Em resposta, Cadu Vilaça declarou que não entraria em uma discussão paralela sobre o tema.

Sobre o gatilho de 80%, sugeriu que fosse alterado para 90%, justificando que a frota dispõe de melhor comunicação, capacidade de navegação e percepção operacional. Apresentou um cálculo rápido para demonstrar que, com um gatilho de 90%, o aviso seria suficiente para que os barcos retornassem sem correr o risco de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

extrapolar a cota. Argumentou que esses gatilhos devem ser estabelecidos com racionalidade e lógica, interferindo o mínimo possível na logística operacional da frota.

Em relação ao comentário do IBAMA, destacou que ninguém considera que o sistema atual seja uma ferramenta ótima de controle, mas defendeu que o que existe já é um avanço e está em aprimoramento. Citou o caso da lagosta, onde os mecanismos têm funcionado, e criticou a visão de que a atividade pesqueira é criminosa ou de segunda categoria, reforçando a necessidade de apoio às estruturas sugeridas e de comprometimento dos empresários responsáveis.

Por fim, recomendou que, ao se discutir a alocação de cotas, seja considerada a captura histórica das diferentes regiões, mas que também se leve em conta as características biológicas das espécies, como as faixas equatoriais que são frequentadas por fêmeas adultas, o que deve ser ponderado na definição dos critérios de alocação.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, perguntou se a sugestão do Senhor Cadu Vilaça foi de manter o gatilho de 90% e retirar o de 80%. O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) esclareceu que tanto a medida do estropo de aço quanto o de parada de desembarque deveria ser em 90%.

O Senhor Giovani Monteiro (PESCABR) afirmou que o Brasil está atrasado na implementação das cotas para o tubarão-azul, pois a ICCAT já definiu esse mecanismo há um ano. Ressaltou que também é necessário estabelecer uma cota para o espadarte.

Destacou que as empresas apoiam a ferramenta de entrada na empresa pesqueira e que não vê problemas na exigência de relatos de informações a cada três dias, pois isso permitiria manter dados atualizados.

Sobre o controle via SIF, afirmou que algumas regiões precisarão se ajustar, mas que esse controle já ocorre no Sul e em Natal.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Parabenizou o MPA e o MMA e outros envolvidos pelo esforço e enfatizou que as medidas de controle estão avançando para um aprimoramento contínuo. Ressaltou a importância da rastreabilidade, não apenas para o tubarão, mas também para outras espécies, garantindo maior transparência sobre o que está sendo capturado. O Senhor Giovani Monteiro (PESCABR) ressaltou que o Brasil é elogiado internacionalmente e que essa é a imagem que o país deve manter. Mencionou que o Brasil é referência mundial há 12 anos na política de barbatana aderida.

Afirmou que a cota é um ótimo mecanismo, pois permite o controle da pesca. Destacou que, na pesca da região Sul, há períodos em que há mais meca e espadarte do que tubarão-azul, enquanto em outros momentos há passagem de atuns e relatou a necessidade de reduzir a insegurança jurídica no setor.

Criticou a atuação do IBAMA, relatando que o órgão continua multando embarcações por pesca supostamente em desacordo com a licença, pela captura de fauna acompanhante. Considerou essa prática um absurdo, pois o decreto assinado pelo presidente Lula define que a gestão da pesca cabe ao MPA e ao MMA, enquanto a fiscalização é responsabilidade do IBAMA.

Mencionou ainda que, em uma reunião anterior, o IBAMA mencionou erro na frota de cerco de sardinha laje, e disse que cabe ao MPA e MMA corrigirem essa questão. Ressaltou que, enquanto não houver mudanças, o IBAMA continuará interpretando da sua forma. Agradeceu ao MMA e MPA e disse que o setor está disponível para pensar em conjunto.

O Senhor Gilberto Sales (MMA) informou que o MMA está apoiando o desenvolvimento da rastreabilidade do pescado, uma ferramenta que está sendo elaborada com o suporte da Organização das Nações Unidas no Brasil, em parceria com o MPA e o IBAMA.

Explicou que a ideia é testar um protótipo no início do ano seguinte, e, uma vez validado, o sistema poderá ser aplicado a essas pescarias.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Destacou ainda que o processo de cotas e controle é evolutivo, ressaltando que ajustes podem e devem ser feitos ao longo do tempo, conforme necessário.

O Senhor Antônio Lezama (MMA) explicou o processo de declaração de entrada em empresa pesqueira e demonstrou a sua utilização.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) solicitou que o MMA envolva o ICMBio na rede de bycatch, destacando que essa questão é o foco das grandes unidades oceânicas.

Mencionou que o ICMBio possui uma equipe qualificada de bolsistas, infraestrutura adequada e tem investido na minimização da captura accidental e na redução da mortalidade pós-captura.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) compartilhou gráficos apresentando dados sobre as capturas mensais retidas de tubarão-azul, albacoras, espadarte e peixe-prego em 469 viagens da frota de espinhel de RN e PE entre os anos de 2022 e 2024, além de outro gráfico referente às capturas em SC e RS.

Mesmo com as diferenças entre as áreas, destacou que a captura ainda ocorre, mesmo com a utilização do estropo de nylon. Ressaltou que a retirada do estropo de aço é importante, mas especialmente para outras espécies proibidas. Explicou que, para espécies mais agressivas, o estropo de nylon é mais eficiente do que para o tubarão-azul.

Parabenizou as lideranças do setor pesqueiro por uma parceria construtiva e pela proatividade.

Em relação ao controle de cota, mencionou que, como a portaria não será publicada antes de 2025, é necessário um debate com as indústrias para incluir na norma um artigo que estabeleça a obrigatoriedade do reporte de dados retroativo, garantindo a obtenção dos dados a partir de 1º de janeiro. Disse já ter conversado



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

com algumas representantes das empresas e eles não relataram nenhum problema com esse reporte desde que esteja de maneira clara na norma.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, disse que caso alguém já tenha alguma proposta de redação poderia apresentar.

O Senhor Torquato Pontes parabenizou o esforço das instituições envolvidas e destacou o pioneirismo da região Sul na pesca. Solicitou que a universidade seja sempre consultada, considerando sua expertise na área, inclusive no reporte de dados. Mencionou que a experiência da universidade permite identificar facilidades, dificuldades e os limites do que é possível ou não ser feito em relação ao sistema.

Ressaltou a necessidade de agilidade no processo para garantir segurança jurídica ao setor pesqueiro. Destacou ainda que os órgãos presentes devem compreender que o setor quer operar de forma correta, proporcionando também tranquilidade à fiscalização. Enfatizou que o problema reside na documentação e não na pesca em si.

O Senhor Bailon destacou o histórico do CPG Atuns e Afins, um dos poucos comitês que se mantêm ativos ao longo dos anos, atribuindo essa longevidade à importância dos recursos transnacionais geridos por uma instituição internacional e ao alto nível de maturidade e responsabilidade do comitê. Ressaltou a organização democrática e participativa do CPG, agradecendo o esforço do MMA e do MPA na gestão compartilhada desse tema sensível. Também elogiou a celeridade do processo e afirmou que a minuta de portaria apresentada pelo governo está alinhada à proposta do setor produtivo, evidenciando sua maturidade. Destacou ainda o trabalho do ICMBio, especialmente as ações da Senhora Mônica em relação à frota de espinhel e sua interação transparente com o setor produtivo. Reconheceu, também, a participação do Senhor Gilberto Sales e do Secretário Senhor Luís Gustavo.

O Senhor Bailon falou sobre a manutenção das modalidades 1.1 e 1.2 que tem a mesma área de atuação com as mesmas características em termos de pesca e ambas agora com o acréscimo do tubarão-azul e do peixe prego como espécies alvos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Bailon levantou uma preocupação com à continuidade de uma possível insegurança jurídica devido a interpretação do Ibama com relação à fauna acompanhante. O Senhor Bailon destacou que a sugestão de unificar as modalidades 1.1 e 1.2 tinha o objetivo de eliminar esse problema. No entanto, ressaltou que caso a questão demande mais tempo e estudos aprofundados para a revisão da IN MPA 10, enfatizou que isso não deve impedir o avanço no ordenamento do tubarão-azul. Reforçou a necessidade de uma regulamentação urgente para cessar a insegurança jurídica relacionada à captura do peixe-prego e do tubarão-azul e mencionou as autuações no ano de 2023 por parte do Ibama que continua atuando com base em suas convicções.

A senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, ressaltou que o MPA e o MMA estão revisando as modalidades de permissionamento considerando o cenário dos atuns, não se limitando apenas ao tubarão-azul e à albacora-bandolim. Destacou que, em breve, será necessária a implementação de cotas para o espadarte, a albacora-branca e outros recursos. Explicou que a revisão da IN 10 incluirá uma análise mais aprofundada da divisão das pescarias, com a participação da academia, órgãos da administração pública e setor pesqueiro. Esclareceu que a inclusão do tubarão-azul como espécie-alvo não se deve apenas à insegurança jurídica, mas também à necessidade de ordenar um recurso que é o principal para uma frota específica. Ressaltou que essa medida vai além da composição das capturas, permitindo a adoção de estratégias mais eficazes para a gestão da espécie. Disse também que é uma discussão mais aprofundada visto que a modalidade 1.2 tem cota de albacora bandolim.

O senhor Igor de Brito (Ibama) ressaltou que o órgão mantém sua posição, conforme registrado em nota técnica. Destacou que qualquer mudança no procedimento dependerá de uma eventual alteração na norma ou da definição de uma porcentagem ou proporcionalidade em relação à fauna acompanhante. Reforçou que a fiscalização se baseia no instrumento normativo vigente.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O senhor Raimundo (CBPA) demonstrou preocupação com a fauna acompanhante de outras espécies de tubarão, que muitas vezes são capturadas já mortas. Destacou que, mesmo nessas situações, não é permitido trazê-las para terra ou comercializá-las, sendo obrigatório o descarte no mar, sob risco de penalização. Considerou essa regra incoerente, especialmente em um país onde muitas pessoas passam fome, argumentando que essas espécies poderiam ser aproveitadas para consumo e doadas em vez de desperdiçadas.

A senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, reconheceu a preocupação apresentada e afirmou que essa questão poderá ser discutida de forma mais aprofundada no GT de Espécies Ameaçadas, envolvendo os órgãos e o setor pesqueiro.

O Senhor Francisco Marcante Santana destacou a necessidade de mais informações antes de definir o tubarão-azul como espécie-alvo. Ressaltou que ainda há lacunas sobre a produção e os dados dessa espécie em outras regiões do Brasil. Mencionou que, embora exista um projeto relevante com dados importantes sobre o Sul, não há clareza sobre a produção nacional e se ela está abaixo ou acima da cota de 3.400 toneladas.

Pontuou também a preocupação com a alta captura de indivíduos jovens, conforme apresentado pelo Professor Luís Gustavo, indicando que pelo menos 50% dos machos analisados eram imaturos. Destacou que o peso de 14 kg estabelecido na proposta de ordenamento está abaixo do peso de maturidade que é 42 kg. Explicou que dessa forma serão capturados indivíduos de 3 anos quando a maturidade ocorre por volta dos 6 anos de idade. Explicou que, como o tubarão-azul é uma espécie relativamente produtiva, gerando em média 35 filhotes, a retirada excessiva de juvenis pode comprometer o recrutamento e a sustentabilidade da população. Assim, enfatizou a importância de medidas que evitem ao máximo a captura de indivíduos imaturos para garantir a sustentabilidade da pesca no longo prazo.

Por fim, reforçou que a discussão não trata da proibição da pesca do tubarão-azul, mas da necessidade de restringir a captura a indivíduos adultos. Ressaltou ainda



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

que a definição da espécie como alvo deve considerar outros documentos, como a ficha de grau de ameaça e o NDF.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, informou que o MPA não teve acesso ao documento do NDF, impossibilitando sua consideração. Ressaltou que foram avaliadas a lista de espécies ameaçadas e a ficha de avaliação da espécie. Destacou a presença do MPA e do MMA em todas as reuniões e reiterou que todos têm a liberdade de propor um tamanho mínimo de captura que considerem viável. Destacou a necessidade de entender a efetividade da medida considerando o Brasil estabelecer um tamanho mínimo e um estoque do Atlântico, não ter um tamanho mínimo.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo Cardoso, destacou que as dúvidas sobre os dados reportados à ICCAT são recorrentes, mas ressaltou que esses dados são públicos e acessíveis por meio de uma das melhores plataformas de informações disponíveis em organizações multilaterais. Informou que é possível baixar dados sobre captura por espécie, frota, bandeira e quadrante diretamente no site da ICCAT, refutando assim as dúvidas sobre a procedência dos dados.

Mencionou que o Senhor Paulo Travassos, coordenador do GTC Atuns e Afins, já explicou como funciona a concentração estatística e reforçou que o Brasil adota a melhor metodologia disponível, reconhecendo que não é perfeita, mas é a melhor possível. Enfatizou que o MPA e o MMA estão trabalhando com a melhor informação disponível, conforme estabelecido na Lei da Pesca, e que a continuidade desse tipo de questionamento pode atrasar o processo.

Em relação aos juvenis, o Secretário questionou se existe alguma pescaria em que não ocorram capturas de juvenis, respondendo prontamente que não existe tal pescaria. Explicou que os juvenis fazem parte da população e que, nesse estágio de vida, apresentam a maior mortalidade natural. Assim, ao substituir a mortalidade natural pela mortalidade de pesca, se estaria aproveitando para consumo humano indivíduos que, de outra forma, morreriam na natureza.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Paulo Travassos, Coordenador do GT Atuns e Afins, esclareceu que o limite de captura estabelecido para o Brasil, de 3.841 toneladas, considera a captura total pela frota brasileira, incluindo principalmente os dados das capturas realizadas com espinhel. Ressaltou que o site da ICCAT é de acesso livre, permitindo a consulta dos dados, e que as informações disponíveis refletem 100% da captura realizada pelo Brasil.

Explicou que o limite imposto pela ICCAT leva em conta toda a captura, não se restringindo aos dados do projeto apresentado pelo Senhor Luis Gustavo, que abrangeu apenas as capturas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em relação à captura de juvenis, destacou que, com a espécie passando a ser considerada alvo e com o aprimoramento do reporte de informações ao longo do tempo, será possível avaliar melhor a captura de juvenis em todo o Brasil.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, mencionou que a equipe técnica está avaliando a possibilidade de proteger uma parcela dos juvenis. Reforçou que, caso alguém tenha uma proposta concreta de peso e comprimento para contribuir com a discussão, deve apresentá-la para ser considerada e avaliada.

O Senhor Igor de Brito Silva (IBAMA) afirmou que, conforme mencionado anteriormente, a equipe está à disposição para discutir as melhores formas de controle e verificação. Destacou que, na última reunião, percebeu a falta de posicionamentos científicos adicionais e algumas divergências que precisam ser tratadas. Reforçou que a posição do IBAMA, endossada pela Senhora Cláudia e pelo presidente Jair Schmitt, é de que não há informações suficientes para considerar o tubarão-azul como espécie alvo. Solicitou que o MPA e o MMA avaliassem os documentos apresentados pelo Professor Francisco, que fazem contraponto aos documentos apresentados pelo Professor Luis Gustavo, e que esses sejam analisados e incluídos nas discussões. Relatou que os documentos foram enviados ao MMA, mas até o momento não houve retorno, desconhecendo como as informações foram tratadas. Ressaltou que, neste momento, o IBAMA permanece contrário à mudança de norma, até que se disponha de algo mais seguros para fundamentar essa decisão.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, informou que, na época, foi considerado um parecer que não se opunha à inclusão do tubarão-azul como espécie alvo, desde que fossem adotadas algumas medidas, muitas das quais foram incluídas na minuta da portaria. Destacou que a opinião sobre o assunto pode ter mudado. Ressaltou que seria importante o IBAMA fundamentar sua posição, especificando o que ainda precisa ser considerado para que o MPA e o MMA possam incluir como ponto de discussão interna.

O Senhor Agnaldo Hilton (SINDIPI) disse concordar que a demanda de unificação das modalidades 1.1 e 1.2 deve ir a diante.

A Senhora Laís Belsito (ABIPESCA) afirmou que as empresas com SIF não têm problemas com o reporte retroativo de dados a partir de 2025, destacando a necessidade de alinhar com as empresas o que deve ser entregue. Expressou interesse em ter acesso a minuta da portaria antes de sua publicação para verificar a redação. Questionou como será tratada a sobreposição com a norma da BET e lembrou a unificação das modalidades 1.1 e 1.2, destacando que uma nota técnica e vários documentos já foram entregues. Considerou o caso do tubarão-azul uma norma urgente devido aos conflitos existentes.

Criticou a posição do IBAMA, visto que a discussão ocorre há dois anos. Questionou o que ainda falta em termos de dados científicos para justificar a mudança do tubarão-azul para espécie alvo e sugeriu que o IBAMA, ao adotar essa postura, parece não estar interessado em resolver o conflito. Disse que o setor está disposto a ouvir sugestões de metodologias que garantam a não captura de tubarões juvenis, já que o interesse é pegar tubarões maiores, como de 50 kg, e não tubarões de 14 kg. Ressaltou que, em caso de captura de tubarões menores, um anzol fica ocupado e não é possível pescar outros peixes de maior valor agregado, como a meca. Destacou a falta de compreensão sobre a pesca e pediu que os pesquisadores proponham soluções práticas em vez de apenas levantar questionamentos. Finalizou afirmando que o setor busca propostas concretas para resolver as lacunas e questões levantadas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, relembrou que o bate papo da reunião também é um documento oficial e solicitou que todos mantivessem o decoro e o respeito as posições de todas as instituições.

A Senhora Mônica Brick Peres (ICMBio) destacou que quase 44% dos tubarões-azuis capturados estão mortos, e muitos dos que forem descartados vivos não sobreviverão. Expressou preocupação com a mortalidade não contabilizada, alertando que, enquanto a pescaria não for encerrada, o número de indivíduos mortos continuará a aumentar, sem contar para a cota. Reforçou a urgência de estabelecer uma norma de controle de cotas, destacando que a prioridade deve ser pescar dentro da cota alocada, evitando a captura de biomassa adicional. Enfatizou que quanto mais se postergar a regulamentação, maior o prejuízo para a espécie. Ressaltou também a necessidade de garantir a proteção de tubarões imaturos e defendeu que essa medida seja levada à ICCAT para adoção global, assegurando que todos os países protejam esses juvenis.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, solicitou mais uma vez que a discussão seja mais propositiva e que foquem nos tópicos ainda em abertos para sugestão.

O Senhor Giovani Monteiro (PESCABR) destacou a urgência em avançar nas tratativas e na publicação do ato. Criticou o IBAMA, afirmando que acredita que o órgão não tem interesse em resolver a situação, pois continua multando as embarcações devido à fauna acompanhante. Ressaltou que a competência para a gestão é do MPA e do MMA, e que o IBAMA atua como órgão fiscalizador. Lembrou que, em reuniões anteriores, o IBAMA havia afirmado que continuaria multando enquanto a questão da fauna acompanhante não fosse corrigida, e pediu a colaboração de todos para que o processo avance.

A Senhora Patrícia Pinheiro (ABEP) concordou com as falas do Professor Francisco. Destacou a importância da regulamentação, no entanto, sugeriu a necessidade de revisar o peso do animal, e propôs ouvir a opinião do Professor



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Francisco e da Professora Rosângela, devido à experiência que ambos possuem no tema.

A Senhora Rosângela destacou que a captura de indivíduos jovens representa a retirada de biomassa que não é substituída nem renovada, comprometendo a sustentabilidade do recurso. Ressaltou que essa prática é amplamente reconhecida na literatura de biologia pesqueira como prejudicial à manutenção dos estoques. Sugeriu que tubarões abaixo de determinado tamanho, estabelecido na minuta como 14 kg, sejam liberados caso cheguem vivos, sem contabilização na cota. Quanto à fauna acompanhante, afirmou que a captura que já ocorre do tubarão-azul não aumenta a mortalidade de espécies ameaçadas. Propôs incluir na discussão a realização de pesquisas anuais para avaliar os impactos da medida.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, esclareceu que a avaliação das medidas de cota é realizada anualmente e que o mesmo ocorrerá para o tubarão-azul. Reforçou que a regulamentação não tem como objetivo aumentar a captura de espécies incidentais.

O Senhor Francisco Marcante Santana destacou que as medidas foram baseadas na ficha da espécie e no NDF, porém ressaltou que ambos os documentos ainda não possuem uma versão oficial finalizada. Mencionou que a ficha do tubarão-azul foi elaborada há dois anos e já se encontra desatualizada, especialmente após a criação da cota pela ICCAT no ano anterior. Sugeriu que as informações dessas fichas sejam compartilhadas como documentos oficiais. Além disso, reconheceu a estatística existente da pesca do tubarão-azul, mencionando que a ICCAT descreve dados sobre a captura, mas questionou o acesso aos mapas de bordo e destacou que, enquanto há um esforço significativo de instituições para coletar dados no Sul e em Santa Catarina, ainda há lacunas de informação sobre a produção no Nordeste e no Norte. Exemplificou que ao verificar o dado geral da ICCAT e subtrair pelo valor da produção em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não saberá o valor da produção em Pernambuco. Esclareceu que não está pondo em dúvida a avaliação da ICCAT e sim falando sobre os dados de produção do Brasil e o acesso público.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Francisco Marcante Santana relembrou o documento da SBEEL e mencionou a participação na primeira reunião como convidado do IBAMA. Ressaltou que, na ocasião, foi entregue um documento, e a proposta de incluir o tubarão-azul como espécie-alvo começou a ser discutida, mas não houve tempo suficiente para aprofundar o tema. Observou que não participou das reuniões subsequentes e que os dados sobre o tubarão-azul podem não ter sido devidamente considerados na elaboração da medida de manejo.

Concordou com alguns pontos levantados pela Senhora Mônica, sugeriu que fosse avaliada uma abordagem para lidar com indivíduos mortos, desde que isso não resulte no extrapolamento da cota estabelecida.

Por fim, mencionou que o MPA anunciou a retomada dos programas de observador de bordo e do PREPS, o que poderia ser uma ferramenta útil para monitorar a captura.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, respondeu que já está sendo prevista para as modalidades a presença de observadores de bordo.

O Secretário, Senhor Luis Gustavo, destacou a necessidade de atenção à sensibilidade das informações dos mapas de bordo, ressaltando que a divulgação de determinados dados pode expor segredos industriais dos produtores. Informou que o MPA está desenvolvendo um novo modelo de leitura no modo usuário, permitindo a disponibilização de algumas informações após um tratamento prévio. Acrescentou que, embora ainda não haja avanços significativos nessa tratativa, a previsão é de que o tema seja abordado no desenvolvimento do mapa de bordo.

O Senhor Paulo Travassos mencionou que o TED foi assinado há um ano, porém sua implementação está atrasada. No entanto, ressaltou que os dois eixos do projeto já geraram informações relevantes, especialmente sobre o tamanho de captura do tubarão-azul. Informou ainda que o laboratório está à disposição para receber o Senhor Francisco e discutir o andamento do projeto.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Miqueias Carvalho (APAI PESCA) expressou a percepção de que o IBAMA e outras instituições trocam constantemente seus representantes para dificultar o andamento das discussões sobre o tubarão-azul. Observou que era a primeira vez que via os Senhores Francisco, Rosângela e Patrícia em uma reunião sobre o tema e mencionou que eram os que mais questionavam e se posicionavam contra a liberação.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, solicitou decoro na discussão, afirmou compreender o sentimento de frustração e pediu que os comentários fossem mais diretos.

O Senhor Miquéias Carvalho (APAI Pesca) afirmou que não estava sendo ignorante, mas destacou sua percepção de que a troca frequente de representantes nas discussões atrasa o avanço do tema, que considera de extrema importância. Mencionou que, em algumas reuniões do CPG, esse avanço não ocorreu. Ressaltou ainda que até ONGs, que geralmente se opõem, estão apoiando a proposta de tornar o tubarão-azul uma espécie-alvo. Concluiu que essa questão precisa ser resolvida para enfrentar também as problemáticas relacionadas ao IBAMA.

A Secretária Adjunta, Senhora Mariana Martins, agradeceu a fala mas ressaltou que acredita que todos estão empenhados em buscar a melhor medida para o tema, considerando a sustentabilidade da pesca nos aspectos ambiental, social e econômico.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) comparou a discussão a debates do poder legislativo, onde a oposição bloqueia a pauta, resultando em debates prolongados sem avanços concretos. Afirmou que a reunião carecia de propostas objetivas e que o debate não estava progredindo de forma produtiva.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) relatou que participou da ICCAT como observador e discutiu com representantes de diversos países a ausência do tubarão-azul como espécie-alvo no Brasil e a falta de reporte. Destacou a fala da Professora Rosângela sobre a necessidade de cautela na discussão, mas ressaltou que,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

enquanto a normativa não é publicada, embarcações seguem sendo multadas pelo IBAMA sem qualquer consideração. Mencionou as dificuldades enfrentadas pelo setor pesqueiro devido à ausência da regulamentação e às autuações, classificando a situação como emergencial. Criticou a postura de bloqueio durante a reunião, afirmando que há um ano as discussões se prolongam sem avanços, apesar de o tubarão-azul representar 38,1% das capturas do espinhel no Atlântico e no Mediterrâneo.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, afirmou que todos os posicionamentos e informações apresentados foram registrados em ata e serão analisados pelas equipes técnicas do MPA e do MMA. Destacou que as discussões serão conduzidas com base nos debates desta reunião, bem como nas reuniões ordinárias e extraordinárias já realizadas.

O Senhor Gilberto Sales (MMA) destacou a importância da participação de pesquisadores nos debates técnicos, sugerindo que aqueles presentes, bem como outros especialistas da área, se cadastrem no BTC para entrarem no GTC. Ressaltou que, embora a ciência não seja exata e existam lacunas, é essencial fortalecer a participação científica para embasar as discussões e acordos de gestão. Destacou também que as discussões científicas são realizadas através destas instâncias. Reforçou a necessidade de reavaliar a composição do grupo técnico, garantindo um espaço mais robusto para tratar dessas questões.

O Senhor Paulo Travassos ressaltou a importância do cadastro na Rede Pesca Brasil e destacou que o Grupo Técnico-Científico (GTC) tem um papel fundamental no apoio às decisões tomadas no CPG, sendo o principal espaço para a discussão científica dos temas.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, destacou que o edital é contínuo e de fácil acesso, consistindo no preenchimento de um formulário. Ressaltou que a avaliação consiste na análise do currículo Lattes.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Roberto Gallucci (MMA) ressaltou que, em comparação ao início da discussão, o assunto já atingiu um grau de amadurecimento. Muitas das informações apresentadas já foram utilizadas, e os documentos técnicos enviados foram considerados, além das conversas no CPG e bilaterais. Destacou que nem todas as posições podem ser acatadas, mas que hoje já existe um bom conjunto de dados. Enfatizou que o processo está avançado e que as melhores informações disponíveis foram utilizadas. Concluiu que o processo é evolutivo a partir dos dados que serão recebidos e sugeriu que, com as informações apresentadas, o MPA e o MMA possam avaliar as propostas e concluir a questão.

O Senhor Ulysses Raposo (APEDI) mencionou que alguns proprietários de embarcações estão sendo multados em até 2 milhões de reais devido à problemática da fauna acompanhante. Enfatizou que a pesca não é uma captura exata, pois não se sabe qual peixe será fiscado, e que não é justo criminalizar os pescadores por capturas acidentais. Solicitou a análise da viabilidade de registrar no mapa de bordo, e pelo observador de bordo, as espécies que não podem ser comercializadas, permitindo que os peixes sejam trazidos para terra para doação, sem a aplicação de multas. Ressaltou que dessa forma, os pescadores não seriam criminalizados, alimentos seriam doados e a análise das cotas seria mais eficiente. Além disso, destacou que as embarcações estão dispostas a colaborar e que, inclusive, já levaram observadores de bordo para acompanhar a atividade pesqueira.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, encerrou a pauta e disse entender que a conversa já alcançou um nível em que todos os elementos necessários foram apresentados. Agradeceu a todos pelas contribuições, enfatizando que os elementos discutidos serão utilizados para a tomada de decisões baseada também nos melhores dados científicos. Em seguida, anunciou que passaria para o próximo ponto da agenda.

3.12. DEMAIS DEMANDAS DE ORDENAMENTO

3.12.1 Portaria SAP/MAPA nº 297, de 02 de dezembro de 2020



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Laís Belsito (ABIPESCA) perguntou se um profissional listado no Anexo da Portaria pode assinar exclusivamente para a empresa em que trabalha ou se pode prestar serviços para outras empresas. Destacou que, com a internalização do mercado, tem surgido demandas de empresas associadas sobre a assinatura de relatórios por profissionais. Por fim, questionou se há previsão de abertura de edital para cadastro de novos profissionais.

O Senhor Alex Lira (MPA) pediu desculpas pela falta de resposta ao e-mail, esclarecendo que foi recebido. Explicou que haverá uma atualização da lista de validadores e informou que a atualização está prevista para ser concluída até maio de 2025, com base no planejamento da Secretaria, incluindo a realização de um novo curso para validadores.

Quanto à questão sobre a assinatura de validadores para outras empresas, esclareceu que o ideal é que cada validador atue exclusivamente para a empresa à qual está vinculado, considerando que a lista é nominal por empresa.

O Senhor Alex Lira (MPA) explicou que a exigência de um validador específico para cada empresa não está prevista nas recomendações da ICCAT, sendo uma questão interna do MPA. Ressaltou que a atualização será feita através de chamamento público e um curso rápido de um dia, semelhante ao procedimento anterior. Explicou que a atualização é necessária, pois algumas pessoas da lista atual já não são mais validadores das indústrias e ressaltou que a lista será atualizada com base nos critérios já definidos, com ajustes, se necessários.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, ressaltou que a Senhora Mônica Brick solicitou, por meio do chat, o esclarecimento de que não sugeriu nem apoia a liberação ou o transporte de peixe proibido para a terra. Ela explicou que essa prática é adotada por outros países, mas que o Brasil ainda não possui a capacidade de controle necessária para implementá-la.

O Senhor Agnaldo Hilton (SINDIPI) relembrou a questão do cação-anjo e da viola ressaltando que as tratativas estão paradas há anos. Destacou a ausência de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

um levantamento técnico e histórico sobre o tema, o que tem prejudicado o setor pesqueiro. Questionou se o MPA consegue dar conta de todas as informações e recomendações do CPG, considerando o volume de reuniões e a necessidade de decisões. Enfatizou que o setor pesqueiro precisa de uma definição para acabar com a insegurança jurídica e as multas.

A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, informou que o MMA retomou o grupo técnico interministerial para espécies ameaçadas, e que algumas informações e demandas podem ser repassadas. Citou que já existem recomendações deste CPG relacionadas às espécies citadas e a outros CPGs, como o CPG Demersais em relação à viola. Destacou que, ainda há uma carência de recursos humanos no MPA, mas acredita que isso será resolvido com a chegada de novos servidores. Destacou que mesmo assim a equipe do MPA e MMA tem feito o melhor possível. A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, ressaltou a importância de, ao propor recomendações de forma coletiva neste fórum, também se considerar a viabilidade e execução dessas propostas. Destacou que, ao pensar na execução, é necessário levantar os aspectos necessários dentro de um prazo viável. Agradeceu a todos e afirmou que essa reflexão é fundamental. Reforçou que sempre conta com o apoio dos membros, outros órgãos e das superintendências, que têm auxiliado significativamente nessa área.

3.13. RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
REC 1/2024b: Fomentar e elaborar junto a Marinha do Brasil e demais entidades interessadas (como os Institutos federais) cursos de capacitação para pescadores profissionais, mestres e armadores envolvidos na pesca de atuns e afins, considerando a escolaridade dos profissionais da pesca.	MPA e MMA	Ao longo de 2025
REC 2/2024b: Encaminhar considerações sobre a proposta acerca das medidas de ordenamento, controle e	Membros do CPG Atuns e Afins	Até 10 de janeiro de 2025



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

monitoramento da albacora bandolim para o ano de 2025 para a Coordenação do CPG Atuns e Afins pelo e-mail cpq-atuns-eafins@mpa.gov.br , considerando as discussões ocorridas na 5ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.		
REC 3/2024b: Definir reunião entre GTC e a equipe do TED MMA/FURG sobre o estudo de medidas mitigadoras e criação do observatório de bycatch, com o objetivo de discutir metodologias e demais considerações.	Coordenação do CPG Atuns e Afins	1º trimestre de 2025
REC 4/2024b: Consolidar a proposta para o ordenamento, controle e monitoramento do tubarão-azul para o ano de 2025, encaminhar aos membros e apresentar através de uma reunião extraordinária do CPG Atuns e afins.	MPA e MMA	10 de janeiro de 2025
REC 5/2024b: Consolidar a proposta para o ordenamento, controle e monitoramento da albacora bandolim para o ano de 2025, encaminhar aos membros e apresentar através de uma reunião extraordinária do CPG Atuns e afins.	MPA e MMA	1º bimestre de 2025
REC 6/2024b: Coordenar ações com as indústrias conserveiras para aprimorar a estatística dos atuns tropicais, a ser encaminhada para ICCAT.	MPA	Até maio de 2025
REC 7/2024b: Solicitar reunião entre MPA, MRE, MDIC, MMA e IBAMA/DBFlo, sobre a elaboração do NDF tubarão-azul.	Coordenação do CPG	Até 2 de janeiro de 2025

*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.

3.14. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG ATUNS E AFINS 2025

Ficou definida a realização de uma Reunião Extraordinária no dia 10 de janeiro de 2025 para discutir o ordenamento do tubarão-azul para o ano de 2025. Além disso, será realizada outra Reunião Extraordinária no primeiro bimestre de 2025 para



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

apresentar a alocação de cota entre as modalidades de pesca da albacora-bandolim. Também foi prevista uma Reunião Ordinária para o mês de maio de 2025, com data e local ainda a serem definidos.

1. ENCERRAMENTO

A Secretária Executiva, Mariana Martins, agradeceu a presença de todos. Em seguida, declarou encerrada a 5^a Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, desejando uma boa tarde aos participantes.